



ISBN-10: 84-690-1052-2
Nº Registro: 06/72282

**O TURISMO RURAL: INSTRUMENTO PARA DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL.**

LUZIÁNA SILVA SOUZA

Para citar este libro puede utilizar el siguiente formato:

Silva Sousa, L. (2006) *O turismo rural: instrumento para desenvolvimento sustentável*

Edición electrónica. Texto completo en www.eumed.net/libros/2006c/194/

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
------------------	---

CAPÍTULO 1

1. TURISMO RURAL	5
1.1 - Caracterização e tipologias do turismo no espaço rural	6
1.1.1 Desenrolo histórico do turismo no mundo e no Brasil	11

CAPÍTULO II

2. A DINÂMICA DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL	19
2.1. Pólos de Turismo no Espaço Rural Brasileiro	30
12. A Pluriatividade para o Desenvolvimento Rural	34

CAPÍTULO III

3. O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO BRASIL	39
3.1 O turismo e a Agricultura Familiar	43
3.2. Importância Econômica do Turismo Rum!	46
3.3. O turismo Rural e o Semi-Árido Brasileiro	50

CAPÍTULO IV

4. POLÍTICAS E PROGRAMAS DO TURISMO RURAL BRASILEIRO	54
4.1. Programa Nacional de Ecoturismo	55
4.2. Programa Nacional de Municipalização do Turismo	56
4.3. Política de Artesanato Brasileiro	58
4.4 Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora	59
4.5. Programa de Turismo Rural Brasileiro	60
4.6. Rede Traf-rede de turismo rural na agricultura familiar	62

CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
----------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
----------------------------------	----

INTRODUÇÃO

Neste trabalho será mostrada a contribuição do turismo em áreas rurais para a economia brasileira na atualidade, em um contexto de desenvolvimento sustentável, mostrando sua capacidade de indução dos investimentos, de gerar emprego e aumentar a renda nas regiões.

O turismo em áreas rurais pode ser considerado um setor que vem crescendo demasiadamente trazendo a oportunidade de criar empregos e empreendimentos que é de suma importância para o desenvolvimento de uma região, além de ser considerado uma atividade de baixo impacto ambiental; é uma possibilidade de sustentação econômica e uma alternativa às economias das regiões onde as atividades tradicionais têm revelado seu esgotamento e demonstrado insuficiente para a manutenção das populações delas dependentes.

É diante disso que pretendemos desenvolver um estudo acerca da indústria do turismo, praticado em áreas rurais, na atualidade, tentando levantar questões sobre a valorização do meio ambiente, dos patrimônios históricos e culturais, e enfim mostrar que esse setor pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento regional e nacional.

A metodologia utilizada nesse trabalho envolveu uma pesquisa meramente bibliográfica constituída de materiais já elaborados, sendo utilizados livros científicos, e recorrido a recursos visuais (internet e documentários), haja a pequena disponibilidade de autores que tratam do tema hoje.

No capítulo 01 será desenvolvido um estudo sobre a conceituação do termo turismo rural, bem como suas tipologias, mostrando que esse tipo de turismo praticado no meio rural indica uma literatura significativa com uma variedade de definições, relatando também todo processo histórico desse setor no Brasil e no mundo.

Na maioria dos países, no meio rural, o turismo constitui ainda uma atividade nitidamente exótica. Encontra-se relativamente consolidado na Europa e ensaia seus primeiros passos na América do Sul em países como a Argentina, Brasil, Uruguai e Chile. O turismo rural surge como alternativa mais promissora a curto e médio prazos.

É a partir daí que o capítulo 02 mostra a dinâmica do turismo rural, apresentando sua capacidade de indução a geração de emprego e renda nas pequenas propriedades rurais, proporcionando ao agricultor a oportunidade de se manter no campo, mostrando a importância da pluriatividade (facilidade de criar postos de emprego devido à diversidade de atividades ligadas ao turismo rural) para o desenvolvimento rural, expondo ainda algumas experiências implementadas no Brasil.

Já o capítulo 03 discutirá a relação entre essa atividade e o desenvolvimento local, argumentando que coletividades locais podem incrementar e desenvolver suportes para atividades turísticas sem suprimir a tradicional atividade agrícola, enfatizando os impactos econômicos e sócio-culturais gerados pelo turismo rural que não necessariamente exige que a região onde será implantado tenha atrativos naturais extraordinários, e ainda neste capítulo será mostrada a importância desse segmento para o semi-árido brasileiro.

Por fim, no capítulo 04, será feito um levantamento das políticas e dos programas de incentivo à implantação do turismo no espaço rural brasileiro, destacando suas características e objetivos, analisando as perspectivas e iniciativas que visam à inovação e o ordenamento do território, enfatizando a nova dinâmica das atividades produtivas auto-sustentáveis em comunidades.

PRIMEIRO CAPITULO

1. TURISMO RURAL

Segundo dados da OMT apud DIAS (2003:9), o turismo movimentou mais de US\$ 3,5 trilhões anualmente, bem como é considerado por vários órgãos de pesquisa, como um dos ramos de atividade comercial que mais cresce no mundo. É conhecido mundialmente pela grande capacidade de expansão de sua indústria, o que induz a uma fonte de geração de empregos e renda.

Durante a década de oitenta, o turismo como atividade econômica foi amplamente criticada, por se tratar de uma indústria que trazia consequências irreversíveis tanto para a população local quanto para os ecossistemas. Como crítica a essa situação, surgem as novas propostas de alternativas ecologicamente mais benéficas para satisfazer as necessidades do turismo de massa: o chamado turismo rural.

O turismo rural conquistou um lugar de importância na guerra pela atuação no mercado. De acordo com a EMBRATUR (1999), enquanto o turismo de massa, representado principalmente pelas regiões litorâneas, cresce em média de 5% ao ano também o segmento que tem como cano-chefe os patrimônios naturais, históricos e culturais, cresce cerca de 20% ao ano.

Este capítulo tem por finalidade, esboçar um estudo acerca da caracterização e dos aspectos terminológicos, bem como a evolução de um dos setores que atualmente

vem chamando atenção dos pesquisadores pela dinâmica e efeitos multiplicadores gerados para economia de vários países, no que se refere à geração de emprego e renda, principalmente.

O turismo rural pode ser considerado como uma alternativa promissora para o aumento nos níveis de ocupação e ganho da população rural, devido não somente ao próprio setor, mas também às alternativas relacionadas ao turismo, como é o caso do comércio e de outros serviços, onde, na realidade toda comunidade rural acaba se beneficiando devido as melhorias na infra-estrutura e nos serviços públicos que são trazidos pela implementação das atividades turísticas (SILVA e CAMPANI-IOLA, 1999:1).

A OMT, com base no informe Brundtland, define o desenvolvimento turístico sustentável como aquele que:

“atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.”(OMT, 1993:22 apud Dias, 2003:68)

O turismo tem a possibilidade de incorporar outras atividades econômicas ao meio rural, e tem sido uma estratégia adotada por vários países com vistas a manter o homem no campo, melhorando sua qualidade de vida por meio do aumento da renda, que passa a ser gerada com base em uma maior diversidade de atividades e funções, já que, esta é uma atividade que pode ser correlata à agricultura.

1.1. Caracterização e Tipologias do Turismo no Espaço Rural

O meio rural brasileiro passou por diversas transformações nas últimas décadas, contribuindo para que ele não possa mais ser considerado como essencialmente agrícola. A identificação do rural com o agrícola perdeu o sentido quando muitas

atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no meio rural, geralmente em complemento às atividades agrícolas. (SILVA e CAMPANHOLA, 1999).

As atividades não-agrícolas cada vez mais se constituem em formas alternativas e/ou complementares de geração de renda no meio rural. Entre elas se destacam também atividades ligadas ao lazer e ao turismo. Ainda que não seja possível quantificar a importância econômica dessas atividades, SILVA e CAMPANHOLA (1999) mostram que pesquisas realizadas pelo IBGE indicam que existem quase 250 mil pessoas residindo em áreas rurais no país e se ocupando de atividades de comércio e prestação de serviços.

O turismo rural pode representar uma nova forma de ocupação da mão-de-obra e maior remuneração em relação às atividades tradicionais, além de poder proporcionar aumento na qualidade de vida das famílias e também maior estabilidade econômica na propriedade rural.

Para SILVA & CAMPANROLA:

“o turismo no meio rural deve ser uma atividade essencialmente difusa, diretamente relacionada com aspectos ambientais, e com especificidades inerentes a cada local Nesse sentido, as estratégias devem se basear em economias de ‘gama ‘ao invés de economias de escala, pois a idéia não é maximizar o número de turistas, mais ampliar as ocasiões de gastos dos turistas. “(1999:12)

Assim, pode-se dizer que, o turismo rural é uma alternativa para o desenvolvimento local, no que se refere ao aproveitamento das especificidades de cada território e ao pleno aproveitamento das suas potencialidades e oportunidades.

Esse setor turístico constitui-se numa forma de valorização do território, pois ao mesmo tempo em que depende da gestão do espaço local e rural para o seu sucesso, conduz a que se tenha a proteção do meio ambiente e a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural. Constitui-se, assim, num instrumento de estímulo à gestão e ao uso sustentável do espaço local, que devem beneficiar,

principalmente, a população local direta ou indiretamente envolvida com as atividades turísticas. (SILVA, VILARINHO, DALE, 2001:22)

O fenômeno turismo Rural é novo e emergente no cenário rural, englobando um conjunto de atividades tão diversas que se torna difícil abrangê-lo em definições que não sejam polêmicas. Contudo, se evidencia no meio rural uma atividade econômica que se distingue da atividade agrícola tradicional, O debate surge da própria indefinição da categoria do espaço rural, da inclusão e exclusão das atividades lúdicas, e vinculação ou não-vinculação com as atividades agrícolas. (RUCHEVIANN, 2001)

A literatura aponta uma grande diversidade de conceitos de turismo rural, que de certo modo traduzem as suas diferentes possibilidades. De acordo com Oxinalde (1994) apud Silva, Vilarinho e Dale (2001), a dificuldade com as definições estende-se (também) às palavras turismo e rural bastante ambígua. Segundo ele, o turismo rural engloba modalidades de turismo (listadas a seguir), que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma de ecoturismo, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo, turismo de aventura. Dessa maneira, pode-se dizer que seria mais apropriado referir-se à totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural com a expressão turismo no espaço rural ou em áreas rurais. Alguns autores reservam a de “turismo rural” para aquelas atividades que, em maior medida, identificam-se com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura.

A partir de autores que estudam os problemas de definições de turismo rural, (Calatrava e Ruiz, 1993 apud Silva, Vilarinho e Dale, 2001) apontam duas tendências, da literatura dedicadas ao tema. Na primeira, o critério diferenciador baseia-se nos elementos que compõem a oferta, falando dessa atividade quando a cultura rural é um elemento importante e aplicando denominações específicas, como agroturismo, turismo verde, equestre e de caça, para indicar o caráter prioritário do componente ofertado. Na segunda, o critério diferenciador seria a distribuição dos rendimentos gerados pelas atividades turísticas, que é recebida pela comunidade rural ou pelos agricultores.

Para tanto, podemos conceituar o agroturismo, uma das modalidades mais relacionadas ao turismo no meio rural, como sendo (Silva et al., citado por Silva e

Campanhola):

atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais a partir do 'tempo livre' das famílias agrícolas, com eventuais com frações de mão-de-obra externa. São exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo (1999: 4).

Em decorrência, essa modalidade de turismo no meio rural visa à valorização ambiental e do produto rural regional, que ao contrário do êxodo rural leva as pessoas ao campo com novas propostas de trabalho, e procura manter o agricultor no campo.

Do conjunto de atividades que podemos incluir como turismo no espaço rural, o segmento específico que mais cresceu foi o ecoturismo, que procura fomentar a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente natural. (DIAS, 2003:103).

O ecoturismo é hoje uma atividade muito procurada pelos habitantes urbanos para se recuperarem do dia-a-dia estressante das grandes cidades. Por essa razão, constitui-se em um dos mais dinâmicos mercados emergentes de nosso país.

Para Silva & Campanhola, o instituto de Ecoturismo do Brasil descreve o ecoturismo como sendo:

“a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios naturais e culturais, incentiva a sua conservação, promove a formação de

consciência ambientalista e garante o bem estar das populações envolvidas” (1999:5).

Na maioria dos casos, o ecoturismo tende a gerar pouca renda para a população rural. Muitas vezes, as viagens são programadas por agências urbanas, que se utilizam de guias também urbanos, fazendo o fornecimento de alimentação e pernoites se dêem nas cidades próximas as áreas rurais, deixando pouca, ou quase nenhuma receita dentro das propriedades rurais. (DIAS, 2003:104).

Mesmo assim, a população rural pode se beneficiar indiretamente com: a melhoria da infra-estrutura e dos serviços públicos, com o aumento do número de indústrias e de estabelecimentos comerciais com demanda para produtos para consumo imediato, com a recuperação do patrimônio histórico e cultural, e com a recuperação das áreas degradadas e das florestas nativas. (DIAS, 2003:104).

Em suma, Almeida & Blos, (1997) apud Silva & Campanhola explicam:

“o que distingue efetivamente a oferta turística no turismo rural é a preocupação de permitir ao visitante um contato personalizado, uma inserção no meio rural físico e humano, bem como, na medida do possível, uma participação nas atividades, costumes e modo de vida dos habitantes”. (1999:12)

Portanto, a expressão turismo rural é empregada muitas vezes no sentido genérico como o conjunto de atividades que se desenvolvem no meio rural, tendo como objetivos proporcionar, ao produtor rural, a complementação da renda, e ao visitante o descanso, o contato com os valores culturais e patrimoniais tradicionais, ou até a prática do lazer num âmbito diferente da cidade.

É mesmo considerando as dificuldades de padronização conceituais já instaladas, optamos pela utilização de “turismo no espaço rural”, que consiste de atividades de lazer realizadas no meio rural e que abrange as várias terminologias, relacionadas ou não com as atividades agrícolas.

1.2. Desenrola Histórico do Turismo no Mundo e no Brasil.

Ao direcionar para um estudo histórico, podem-se identificar viagens realizadas pelo homem desde tempos mais remotos, podendo situar-se na antiga Grécia, entre fenícios, na antiga Roma ou até mesmo antes da idade escrita, há milhões de anos atrás. Alguns autores constataam que o turismo teve início na Grécia no século VIII &C. com a locomoção de pessoas aos jogos olímpicos, outros acreditavam ter sido os fenícios (por serem os criadores da moeda e do comércio), e na antiga Roma (com a criação de estrada no século II a.C.). (BADARÓ, 2003:28).

Em torno de 4000 a.C., os Sumérios, responsáveis pela idéia e utilização do dinheiro nas transações comerciais, pela invenção da escrita cuneiforme e da roda, influenciaram o surgimento do setor turístico, incentivando a partir da utilização do dinheiro como pagamento de transporte e hospedagem. (BADARÓ, 2003:30).

Os romanos tiveram um papel fundamental nas viagens, enquanto antecedente remoto do turismo, pois com frequência usava-se como meio de lazer, comércio e descobertas realizadas apenas por uma parte da sociedade: os homens livres. As relações capitalistas que marcam a sociedade industrial e caracterizam o turismo não existiam, pois os serviços eram prestados pelo braço escravo. Logo, é possível observar que as pessoas estavam movidas pelos mesmos objetivos que hoje caracterizam o turismo de lazer (BADARÓ, 2003:31).

Muitas estradas foram construídas pelo Império Romano, o que possibilitava e determinava que os cidadãos viajassem, entre o séc II a.C. e o séc II d.C. De Roma saíam contingentes importantes para o mar, para o campo, as águas termais, aos templos e as festividades. A partir daí, os romanos puderam ser considerados os pioneiros a viajar por lazer. De acordo com MAIOR (1999) apud Badaró (2003:33), há diversas pesquisas científicas (análises de azulejos, placas, vasos e mapas) revelaram que o povo romano ia à praia e à centros de rejuvenescimento e tratamento do corpo, buscando sempre divertimento e relaxamento.

Durante a Idade Média (séc II a XV d.C), as viagens se limitavam a peregrinações, eram viagens meramente religiosas; houve uma intensa demanda por

viagens à Jerusalém, a Igreja do Santo Sepulcro, que fora construído em 326 dc. pelo Imperador Constantino. Por outro lado, devido a não necessidade de comércio, pois o sistema feudal despontava como sistema econômico vigente na época, e os feudos por si só eram auto-suficientes, acarretando a escassez de relações comerciais entre o comércio e os feudos.

As invasões durante o ano de 456 d.C. consolidaram na decadência do império romano, durante este período nada foi registrado sobre viagens, a não ser os deslocamentos militares dos povos bárbaros.

A partir do séc VI, começaram a ser registradas as peregrinações de cristãos, conhecidos como romeiros, para Roma. Nessa época, foram criados os primeiros éditos que regulamentavam a entrada destes peregrinos em Roma, instituindo tributos e cadastrando-os (BADARÓ, 2003 :35).

Conforme BADARÓ (2003:35), foi do séc VII ao IX que os deslocamentos se expandiram de maneira gigantesca, havendo viagens freqüentes para comemoração das festas da primavera, da colheita, dos territórios dos ostrogodos, visigodos, vândalos e burgúndios entre outros. Ressalta-se que nessa época consolidaram-se os tributos de passagem por territórios desconhecidos, as trocas de moedas e, sobretudo a barganha.

No séc IX, tendo sido descoberta a tumba de Santiago de Compostela, em Espanha, iniciaram-se as primeiras excursões pagas registradas pela história, organizadas pelos jacobitas ou jacobeus, que dispunham de líderes de equipes que conheciam os principais pontos do caminho, organizavam o grupo e estipulavam as regras de horário, alimentação e orações de suas equipes.

Na primeira metade da Idade Média, com a consolidação do feudalismo e do poder do clero, o homem agora pertencia a terra, tomando-se essencialmente agrícola, de maneira que as antigas estradas, construídas pelos romanos, foram se desgastando e acabaram por ser destruída. Viajar era um ato cada vez mais raro, desconfortável e caro, cabendo aos senhores feudais a locomoção fora do feudo somente em casos de extrema necessidade (questões administrativas, oficiais ou pela religião).

Para BOYER (2001) apud Badaró (2003:40), as atividades comerciais da Idade Média foram constituídas em sua maioria pelas feiras, que formavam verdadeira espécie de comércio internacional. Essas feiras eram eventos que chamavam a atenção de todos os habitantes, visto que, no período de realização das mesmas, as estalagens, pousadas e outros meios de hospedagem restavam lotados, gerando grande movimentação econômica.

Na segunda metade do séc XV e todo séc XVI foi marcado pelo aumento nas viagens particulares. Viagens estas que supriam a falta de comunicação que era predominante. Ao mesmo tempo, essas viagens tinham por cunho o acúmulo de conhecimento, cultura, línguas e aventuras. (BOYER, 2001 apud Badaró, 2003:41).

Essas viagens particulares durante o séc XVI eram realizadas por jovens europeus de elite em busca de aventura. Não havia propriamente turismo, mas sim ‘*tours*’, viagens de ida e volta, realizadas pela nobreza masculina e o clero, de longas temporadas.

Os ingleses e alemães, tinham uma preocupação cultural muito grande em suas viagens. Os ingleses, por exemplo, entendiam que o homem deveria conhecer o berço da civilização greco-romana: o Mediterrâneo. O resultado da prática desse tipo de turismo (cultural) era bem mais rico para o aprendizado das pessoas do que o obtido nas escolas, pois a vivência e observação direta dos usos e costumes, assim como das organizações sociais, religião, arte, etc. pelos jovens que ao exercerem cargos políticos, poderiam fornecer a seus países de origem novos níveis de conhecimento e de transformação social e econômica (BADARÓ, 2003 :45).

BOYER apud Badaró (2003 :45) mostra que, com a evolução do comércio marítimo no séc XVI, assim como do comércio entre as regiões próximas da Europa Ocidental, unidades hoteleiras começaram a surgir, a exemplo do Wekalet-A-Ghury no Cairo, o primeiro hotel do mundo, construído principalmente para atender os mercadores. Doze *spas* foram registrados nesse mesmo século, sendo cinco deles de atendimento exclusivo para nobres e monarcas. Do mesmo modo, foram construídas diversas casas de campo nos arredores das grandes cidades italianas, sendo que esses imóveis são considerados os ancestrais diretos do conceito de ‘residência secundária’.

A partir daí, os fatores de destaque como incentivo ao turismo a época, foram as constantes evoluções dos meios de transporte e conseqüentes melhoras na agilidade de locomoção. Observa-se que os caminhos eram ruins e mal conservados e na maioria das vezes sua manutenção era feita pelos donos da terra por onde o caminho passava e estes cobravam pedágios pelos serviços.

No início do séc XVIII, a Itália instituíu um pensamento de que regiões como Florença e Roma deveriam ser de passagem obrigatória de todo turismo que não quisesse sentir-se ‘inferior pelo resto da vida’, isso fez com que fosse criado clubes, por exemplo, o Clube Dilettanti — 1734, reservado somente àqueles que já tivessem viajado para Itália (BADARÓ. 2003:47).

Os jogos de azar foram ganhando espaço na sociedade, conseguindo, por fim, apoio estatal ao ter sua legitimação através de normas que dispunham exclusivamente sobre a atividade, daí surgiu os cassinos.

No entanto, a expansão das atividades lúdicas e de recreação, tendo por fim alcançado os mundanos, tão preconizados nessa época por nobres e reis, nota-se um crescimento das viagens, dos *spas*, dos hotéis e das vilas por toda Europa.

De acordo com JÚNIOR (2001:10), a relação de turismo com a economia só se fez presente com a percepção de Lord Shaftesbury, no século XVIII, sobre o potencial econômico do turismo. Para o mesmo, o turismo era um tipo de comércio que aquecia os demais setores da economia local, devendo os jovens visitar constantemente o continente europeu.

Tal visão se configura com o surgimento do turismo moderno no século XIX, voltado ao modo de produção e ao desenvolvimento tecnológico. Nesse momento, com o advento da ferrovia, surgiram as primeiras viagens coletivas, possibilitando o barateamento e tomando-as acessíveis à outros segmentos sociais.

Ao longo do século XIX diversas foram as viagens realizadas, sempre em busca de cultura e recreação, os europeus passaram a visitar a África e os Estados Unidos. Os

trens eram sinônimos de rapidez e elemento facilitador da atividade turística. Os navios exerciam maior fascínio entre a população. Surge, então, a classe média, com salários melhores e maior possibilidade de gastos com entretenimento, como o futebol e corridas a cavalo (BADARÓ, 2003:37).

O início do século XX foi marcado pela Primeira Grande Guerra, que veio pausar o turismo em todo o mundo. Embora o desenvolvimento das ciências e das idéias democráticas tivesse dado ao século XX uma posição de destaque na história do turismo, do desenvolvimento social e cultural da humanidade, as competições de ordem econômica, apoiadas em um nacionalismo belicoso, conduziram o mundo à Primeira Guerra Mundial. Boyer (2001) apud Badaró (2003:37).

Contudo, com a Segunda Guerra Mundial, essa situação se amenizou com a introdução do avião como novo meio de transporte e a criação da Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA), passando o direito aéreo a ser regulamentado. O transporte aéreo desponta como a preferência dos turistas dados a sua capacidade de agilidade de locomoção (Júnior, 2001:12).

Na segunda metade do século XX, a atividade turística expandiu-se pelo mundo inteiro. O número de agências de viagens aumentou consideravelmente em consequência do crescimento das companhias aéreas, que, incapazes de estabelecerem suas próprias filiais preferiram abrir o mercado ao varejo.

Com o crescimento da crise ambiental e o aumento da consciência ecológica das populações tanto dos países desenvolvidos como daqueles em desenvolvimento, o turismo no final da década de 80 vê surgir uma demanda por um tipo alternativo ao até então predominante de 'sol e praia'. Conforme DIAS (2003:16), o novo modelo é resultado de uma mudança de valores e hábitos, em que as pessoas buscam melhorar sua qualidade de vida, o que inclui a procura por ambientes saudáveis emoldurados pela natureza exuberante.

A partir de estudos realizados por Portuguez (1999), pode-se dizer que o turismo rural é uma atividade praticada há muitos anos e que teve início nos Estados Unidos, em regiões pouco povoadas do país, pelas quais muitos viajantes se aventuravam, apesar de

não existirem locais apropriados para o repouso destes. É provável que os caçadores e pescadores que se deslocavam para estas regiões que provocaram o desenvolvimento de estabelecimentos de hospedagem, criados para receber estas pessoas, que até então eram obrigados a pernoitar em ranchos da região.

Com o passar dos anos foram se desenvolvendo inúmeros meios de hospedagem para suprir a demanda de turistas na região, os quais ofereciam serviços diferenciados para satisfazer as necessidades do mercado, inclusive com prestação de serviços de lazer, dando origem aos primeiros *resorts* e hotéis-fazenda do país.

Na verdade, o turismo rural não era uma atividade explorada apenas nos Estados Unidos, muitos países europeus, como França, Itália, Espanha, Inglaterra e Portugal também se beneficiavam a muitos anos deste tipo de turismo.

De acordo com Zimmermann (1996), os pioneiros do turismo no espaço rural brasileiro surgiram no município de Lages, na região Sula do país. Esta região, antes de ser considerada capital nacional desse tipo de turismo, era somente um local de parada na travessia do Planalto Serrano Catarinense para o Estado do Rio Grande do Sul. A base econômica era a pecuária praticada nas inúmeras propriedades existentes e a exploração da madeira. Com a escassez da madeira nativa, foram necessárias mudanças e, em 1986, alguns produtores rurais resolveram diversificar sua área de atuação, abrindo suas propriedades para visitantes que vinham passar o fim de semana e vivenciar o dia-a-dia na fazenda.

Inicialmente, o visitante chegava na propriedade pela manhã para tomar café e nela permanecia até o anoitecer, participando das atividades como a tosa das ovelhas, a doma dos potros, a inseminação artificial, entre outras atividades. Posteriormente esta atividade foi denominada agroturismo, uma das modalidades do turismo no espaço rural.

Segundo Ruchmann (1994), na Europa um dos grandes atrativos do turismo rural se concentra na originalidade da agricultura e no pastoreio de montanha. Os governos, através da Lei da Montanha, subsidiam um determinado valor para os agricultores e pastores não modernizarem suas técnicas de trabalho, pois o abandono

das suas práticas tradicionais diminuiria o interesse e o conseqüente fluxo de turistas, como por exemplo, na Suíça e na Áustria.

Esse pagamento interessa aos moradores das montanhas que, desta forma, não abandonam suas áreas, evitando o êxodo rural, e também aos governos destes países, que têm no turismo sua maior fonte de divisas.

Com isto, tem-se ocupação no campo e uma fonte de renda para os desempregados e promotores de tal atividade, o que diminui a concentração de mão-de-obra nas áreas urbanas e diminui, assim, o alto índice de pobreza nas cidades.

SEGUNDO CAPITULO.

2. A DINÂMICA DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Diversos estudos recentes vêm apontando mudanças importantes na estrutura ocupacional do meio rural brasileiro. Novas alternativas de renda e trabalho, não mais associadas à agricultura de subsistência, estão se proliferando no campo, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida da população e até o arrefecimento do êxodo rural em algumas regiões. (SILVA e GROSSI, 1999)

As famílias rurais estão se tomando cada vez menos agrícolas e mais pluriativas. As ocupações agrícolas são as que geram menor renda e, associadas ao processo de individualização crescente da força de trabalho nas pequenas e médias propriedades agrícolas, podemos afirmar que o desenvolvimento no espaço rural não se sustenta, a longo prazo, somente com as atividades agrícolas. As famílias passam a depender cada vez das ocupações não-agrícolas, ligadas ao lazer e a prestação de serviços, para sobreviver.

A figura a seguir foi ilustrada por SILVA e GROSSI (1999), que mostra um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, como os neo-rurais (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo) ao lado dos assentados (ex-sem terra) e daqueles denominados sem-sem (sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram).

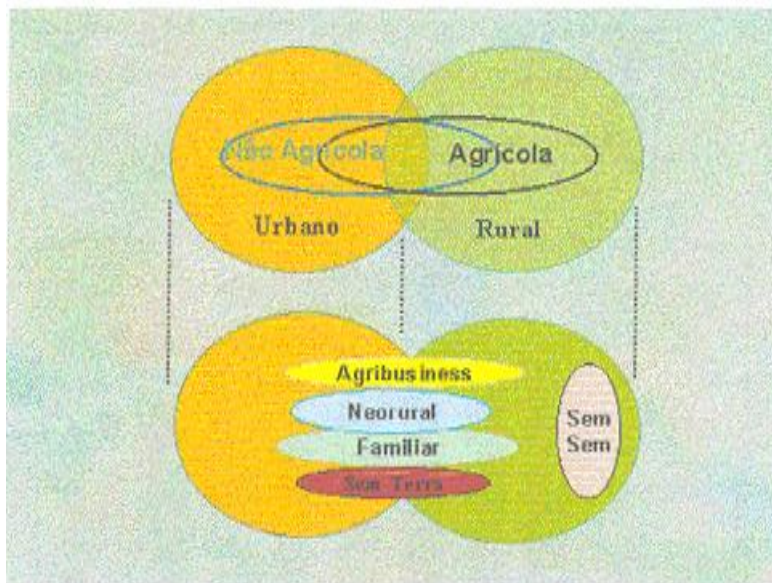


Figura 1: novas relações e atividades no mundo rural. (SILVA e GROSSI, 1999).

A explicação mais teórica para essas mudanças é o que denominado por esses autores de processo de “mercantilização do tempo livre” das famílias rurais, ou seja, do tempo em que os membros da família camponesa não estavam ocupados nas atividades agrícolas e que eram dedicados às atividades não-agrícolas (fabricação de doces, conservas, móveis e utensílios doméstico) e ao lazer (caça e pesca, artesanato, cultivo de flores, criação de animais exóticos, etc.) - A diferença é que esses bens e serviços que eram autoconsumidos ou se constituíam parte dos bens de uso próprio da família, são agora produzidos para a venda como uma outra mercadoria qualquer. (SILVA e GROSSI 1999)

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Como consequência dessa queda da renda agrícola, observa-se uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais. E esse fenômeno é tão forte e rápido que de acordo com SILVA e GROSSI (1999), os dados apontam em 1998 o total das rendas não-agrícolas tinha ultrapassado o montante das rendas agrícolas recebida pelos moradores rurais (Gráfico 1). Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural nesse final de século.

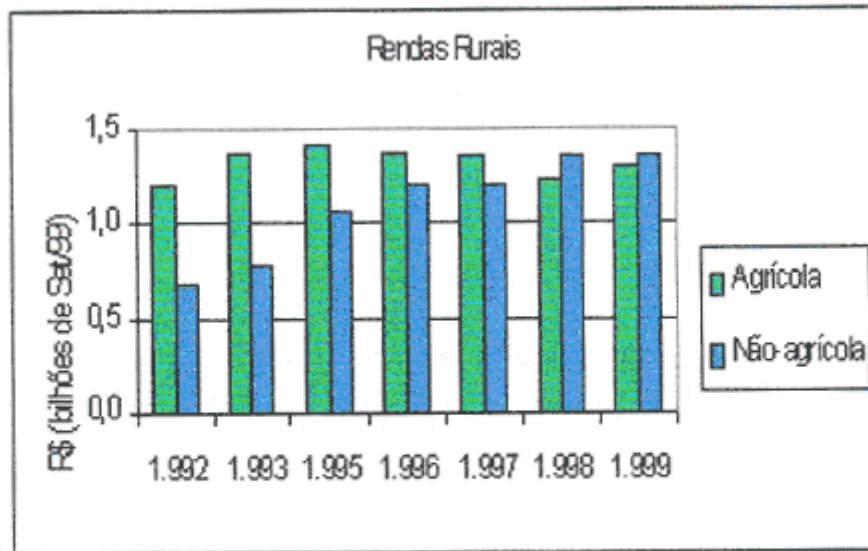


Gráfico 1: evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1992/99. (SILVA e GROSSI, 1999).

Pelo gráfico, pode-se observar, o movimento crescente do turismo no espaço rural pode ser considerado como uma fuga da padronização da oferta e dos serviços e da impessoalidade no tratamento dos visitantes, que se traduzia em perda da qualidade e do valor das férias oferecidas pelo turismo convencional.

A importância do setor turístico para a economia é histórica se mencionarmos países como a Espanha, que se reergueu com o desenvolvimento econômico trazido pela atividade turística após ter sofrido com duas grandes guerras, do mesmo modo que países que vivem basicamente do turismo como é o caso do Hawaii, Polinésia Francesa, México, etc. (DIAS, 2003:9).

Segundo FULLANA e AYUSO (2001)¹, uma característica importante da indústria turística é que, diferentemente:

“da indústria produtiva ou outras indústrias de serviços, não administra a maioria dos produtos e experiências que vende. No lugar dela, os gestores turísticos transportam os indivíduos para que conheçam os traços naturais, as atrações culturais e os estilos de vida de um destino turístico”

Para DIAS (2003:10), tal característica reveste a atividade turística de uma especificidade e uma dimensão não encontráveis em outras que surgiram ao longo da história da humanidade. Ao afetar direta ou indiretamente diversos setores da economia, toma-se poderoso instrumento de desenvolvimento, abrindo a possibilidade de geração de um número significativo de empregos diretos e indiretos (dos mais qualificados aos menos) e um número também significativo de postos de trabalho. O turismo pode ser considerado hoje uma das poucas alternativas à destruição do emprego tradicional devido às mudanças tecnológicas e à globalização, junto com a redução da jornada de trabalho.

Assim, compreende-se a atividade turística como sendo um conjunto de elementos inter-relacionados que evoluem de forma dinâmica. No conceito de atividade turística, efetivamente, distinguem-se quatro elementos básicos, como está em SANCHO:

- 1. a demanda: é formada por um conjunto de consumidores — ou prováveis consumidores — de bens e serviços públicos;*
- 2. a oferta: é composta pelo conjunto de produtos, serviços e organizações envolvidos ativamente na experiência turística;*
- 3. o espaço geográfico: é a base física na qual se dá o encontro ou contato entre a oferta e a demanda e em que se situa a população residente, que se não é em si mesma um elemento turístico, é considerada importante fator de coesão ou desagregação, dependendo de ser ou não levada em conta quando do planejamento da atividade turística;*
- 4. os operadores de mercado: são as empresas ou organismos cuja principal função é facilitar a interação entre a oferta e a demanda: agências de viagem, companhias de transporte regular e órgãos públicos e privados que organizam e promovem o turismo. (2001:39).*

Analisando o setor rural brasileiro, desde seus primórdios até a atualidade, sabe-se que este vivenciou vários momentos de transformações marcantes. Assim, partindo da constatação desta realidade, verificou-se a necessidade da realização de mudanças nas formas de sobrevivência até então existentes, utilizando-se novas estratégias que

permitissem, pelo menos, a rentabilidade e a satisfação mínima para manutenção do homem no campo.

Essas estratégias surgem a partir do reconhecimento e da percepção, por parte do produtor rural, da realidade que permeia seu cotidiano produtivo, garantindo a visão sistêmica de sua propriedade e possibilitando a realização do planejamento administrativo. Esta forma de gerenciar, através do planejamento detalhado das tarefas, reconhecimento do funcionamento das partes e das alternativas de ações efetivas, colaboram no sentido de perceber novas possibilidades de atividades.

Estas atividades permitem um melhor aproveitamento do ambiente rural, podendo ser mais uma fonte de renda para o produtor, possibilitando inclusive, a agregação de valores aos produtos ali produzidos. Com o surgimento das atividades relacionadas ao turismo no espaço rural, tem-se um crescimento e um surgimento de um novo perfil dos proprietários de terra. Esta nova geração de produtores, agora denominados empresários do setor rural que podem ser considerados nos dias de hoje como estrategistas, que participam da procura de novas metodologias administrativa, com o objetivo de criar novos programas e projetos para o meio rural. Entretanto, fazem-se necessárias avaliações desta nova realidade vivenciada por alguns produtores rurais e estudos da viabilidade de permanência destes no setor.

Para SILVA, VILARINHO & DALE (in: Almeida, Froehlich & Riedi, 2001:36), a bibliografia sobre a importância econômica do turismo no espaço rural é ainda muito restrita e a maior parte dela dedicada a exaltar o 'potencial' do ecoturismo na região amazônica, primeira a receber um amplo processo participativo de planejamento, por meio do Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo da Amazônia Legal (GTC).

De acordo com os dados do Núcleo de Economia Agrícola, do Instituto de Economia da UNICAMP apud SILVA e CAMPANHOLA (1999), estão presentes os ramos de atividades não-agrícolas exercidas pela população ocupada, residente em áreas rurais. As de prestação de serviços pessoais são as que mais se sobressaem, ocupando mais de 1.100.000 pessoas em todo o país em 1995. Seguem, em ordem de importância, as atividades na indústria de transformação, que ocupava quase 800 mil pessoas e, em menor escala, as do comércio de mercadorias, ou serviços sociais e a construção civil,

com cerca de 500 mil pessoas cada. Nota-se que, agregando os ocupados nos diversos ramos de serviços, obtêm-se mais da metade das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes em áreas rurais em 1995, como na tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Pessoas Residentes Em Domicílios Rurais E Ocupadas Em Ramos De Atividades Não-Agrícolas No Brasil Em 1995

BRASIL			
RAMOS DE ATIVIDADE	Mil pessoas	%	Taxa cresc. 92/95 (%a.a.)
Indústria de transformação	790	20,1	0,6
Indústria da construção	419	10,7	8,0*
Outras atividades industriais	121	3,1	1,5
Comércio de mercadorias	528	13,4	4,6*
Prestação de serviços	1110	28,2	4,2*
Serviços aux. Ativ. Econ.	64	1,6	5,1
Transporte e comunicação	146	3,7	0,3
Serviços sociais	-	514	13,1
Administração pública	200	5,1	7,1
Outras atividades	37	0,9	-0,2
TOTAL	3.930	100,0	3,5*

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano, tabulações especiais.

Nota: (*) valores significativos em nível de 10%.

A dinâmica do setor turístico brasileiro tem bastante significado. É importante ressaltar, primeiramente, que quando se menciona dinâmica deve-se levar em consideração os efeitos multiplicadores que a renda trazida pelos turistas acarretam na economia de uma região. Esses podem ser classificados em diretos e indiretos.

De acordo com JÚNIOR (2000:18), os efeitos multiplicadores diretos mais visíveis são resultantes de despesas realizadas pelos turistas dentro dos próprios equipamentos turísticos (hotéis, transportes, agências de viagens, etc.) e de apoio, onde o turista paga diretamente por algum bem ou serviço. O efeito econômico indireto, em contrapartida, se dá pela despesa efetuada pelos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços com o objetivo de satisfazer a sua demanda turística, ou seja, o dinheiro que antes foi pago pelo turista, agora será gasto por outrem de forma a aquecer a economia local.

Assim, BARRETO cita os efeitos multiplicadores da entrada de divisas para a economia (P18) de uma região, de tal forma que:

“O dinheiro que entra por conceito de turismo multiplica-se na economia traduzindo-se em:

- *Aumento da urbanização;*
- *Incremento das indústrias associadas: indústria de meios de transporte, indústria alimentar, de souvenirs, indústria de bens de capital para fornecedores de serviços turísticos;*
- *Incremento na demanda de mão-de-obra para serviços turísticos;*
- *Incremento da indústria de construção e da demanda de mão-de-obra respectiva;*
- *Aumento da demanda dos produtos locais desde hortifrutigranjeiros até artesanato;*
- *Incremento na entrada de divisas para equilibrar a balança comercial;*
- *Maior arrecadação de impostos e taxas. “(1997:72)*

SILVA, VILARINHO e DALE (in: Almeida, Froehlich & Riedl, 2001:38) chamam atenção para a importância do setor público na geração de ocupações não agrícolas no meio rural, seja ela por meio da administração pública, seja por meio dos serviços sociais por ela prestados. No Brasil, eles já somavam 714 mil pessoas, indicando uma faceta fundamental da “urbanização no meio rural”, que é o acesso aos serviços públicos. Na verdade, essa questão é tão importante que, nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, tem sido um dos critérios auxiliares utilizados para definir se uma determinada área é rural ou urbana. Em termos de crescimento, é importante destacar o significativo aumento das pessoas ocupadas na construção civil, no comércio, nos serviços e na administração pública no Brasil, no período 1992/1995.

Na tabela 2 a seguir, estão presentes as mesmas pessoas, residentes nas áreas rurais, ocupadas em atividades não-agrícolas, classificadas segundo o setor de atividade que exerciam. Pelos dados da tabela 2, a população rural — ocupada em atividades não-agrícolas — concentra-se em setores que, em sua maior parte, exigem baixa

qualificação, tais como serviços domésticos, construção civil, pequeno comércio de alimentos. Assim, na administração pública, a administração municipal é o setor de atividade mais importante como fonte de emprego rural não-agrícola, respondendo por 59% das 200 mil pessoas ocupadas, em 1995, naquele ramo de atividades (ver tabela 1). Da mesma forma, podemos constatar que, no ramo do comércio de mercadorias, os setores mais importantes são o comércio de alimentos e o comércio ambulante, atividades ainda típicas do interior rural brasileiro.

Pela tabela, pode-se perceber que, mais de um milhão de pessoas residentes na zona rural estão ocupadas em atividades ligadas ao serviço doméstico e à construção civil, em geral exigem baixo nível de qualificação. Em compensação aparece o ensino público confirmando a grande importância do aparelho do Estado na geração de empregos na zona rural. Depois, o comércio, a indústria de alimentos e a indústria de transformação; em geral, todos esses setores de atividade exigem melhor nível de qualificação.

**Tabela 2: Principais Setores De Atividade Da Pea
Não-Agrícola Residente Nas Áreas Rurais No Brasil Em 1995**

BRASIL			
RAMOS DE ATIVIDADE	Mil pessoas	%	Taxa cresc. 92/95 (% a.a.)
Serviços domésticos	620	15,8	6,8**
Construção	419	10,7	8,0**
Ensino público	359	9,1	0,4
Comércio de alimentos	231	5,9	7,2**
Indústria de alimentos	175	4,4	-0,4
Indúst. de transformação	151	3,9	0,1
Restaurantes	137	3,5	2,5
Alfaiataria	126	3,2	-4,1
Comércio ambulante	121	3,1	8,2**
Administração pública	118	3,0	7,8**
Subtotal	2457	62,5	4,2**
TOTAL	3930	100,0	3,5**

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/Unicamp, Projeto Rurbano, tabulações especiais.

Nota:(**) representa valores significativos em nível de 10%

Na tabela 2, pode-se notar que aparece com destaque, o setor de “restaurantes” como atividade que ocupava 137 mil pessoas residentes nas áreas rurais em 1995. Entre outros setores não listados, pode-se citar a fabricação de rendas e redes, com 24 mil pessoas ocupadas; os objetos de vime, 21 mil; organizações esportivas, 15,2 mil; hospedagem, 12,4 mil; arte e decoração, 12,3 mil; produção de alimentos caseiros, 6,4 mil; organizações culturais, 3,7 mil e outros setores similares de menor importância. Ou seja, no total, são cerca de 230 mil pessoas ocupadas em setores de atividades, relacionados na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio — IBGE), que estão direta ou indiretamente ligados ao lazer e ao turismo em áreas rurais, no Brasil em 1995. (SILVA, VILARINHO e DALE apud Almeida, Froehlich & Riedl, 2001:40).

É difícil ainda estimar o peso econômico dessas novas atividades agrícolas e não-agrícolas. Para dar uma idéia de sua importância, basta dizer que as festas de rodeio, os leilões e as exposições agropecuárias movimentaram juntos cerca de US\$ 3,3 bilhões em 1996, o que significa metade do valor das exportações brasileiras de soja em farelo e grão, café cru em grão, suco de laranja congelado e concentrado no mesmo ano (ibidem, pp. 40-41).

Em um levantamento realizado pela Embratur em 1997 apud SILVA e CAMPANFIOLA (1999:21), em um total de 1692 municípios localizados em todas as regiões do país, observa-se que tanto o turismo rural como o ecoturismo foram significativamente importantes em relação às outras modalidades turísticas, como se apresenta na TABELA 3 a seguir. O turismo rural é mais frequentemente citado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, estando presente em 34% e 31% dos municípios que responderam, respectivamente, já o ecoturismo, apresenta importância semelhante ao turismo rural nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, sendo que na região Norte ele é mais frequente que o último.

Tabela 3: Ocorrência De Municípios Com Diferentes Modalidades De Turismo Expressa Em Porcentagem, Por Região, E Para O Brasil, 1997.

Categorias de Turismo	Região Geográfica					Brasil
	S	SE	N	NE	CO	
Turismo de negócio	17	24	11	17	22	19
Turismo desportivo	24	30	22	27	29	27
Turismo religioso	21	38	33	45	34	35
Turismo gastronômico	23	15	9	15	7	16
Turismo de eventos	14	25	11	4	11	14
Turismo cultural	30	44	34	49	24	39
Turismo de aventura	12	19	15	18	25	17
Turismo de sol e praia	17	25	44	33	19	27
Turismo científico	4	8	7	5	5	6
Turismo de pesca	13	17	35	19	16	18
Turismo rural	22	34	15	19	31	25
Ecoturismo	20	32	32	29	40	29
Turismo náutico	16	21	10	17	19	17
Turismo de saúde	6	8	3	4	5	6
Turismo esotérico	4	6	3	3	8	5

Fonte: RINTUR – Embratur. Brasil in: SILVA e CAMPANHOLA (1999:28)

Assim, de acordo com a tabela, além do ecoturismo, outras modalidades de turismo ocorrem estritamente no meio rural, tais como: turismo de aventura, de pesca, desportivo, gastronômico, cultural e de saúde. Portanto, se todas essas categorias fossem tratadas em conjunto, a oferta de turismo no meio rural pelos municípios brasileiros adquiriria ainda maior relevância.

2.1. Pólos de Turismo no Espaço Rural Brasileiro

Uma das modalidades do turismo no espaço rural que tem se destacado no Brasil é o ecoturismo. Vale salientar que, com base no conceito de turismo rural que foi o assumido neste trabalho, o ecoturismo pode ou não fazer parte dele, a depender se ele ocorre dentro ou fora das propriedades agrícolas. Mesmo que o ecoturismo ocorra fora das propriedades rurais deve-se considerar que ele gera oportunidades de emprego aos membros dos pequenos produtores agropecuários, no que diz respeito ao setor de prestação de serviços e no comércio, como visto anteriormente nas tabelas.

O turismo em áreas rurais tem sido pensado mais recentemente no Brasil como uma fonte adicional de geração de emprego e renda para famílias residentes no campo, à

medida que vem decaindo a ocupação e as rendas provenientes das atividades agropecuárias tradicionais.

De acordo com a EMBRATUR (2004), desde o início dos anos 80, Lages, Santa Catarina, foi batizada de “Capital Nacional do Turismo Rural”, pois foi onde surgiram os primeiros empreendimentos turísticos rurais, em resposta às dificuldades financeiras enfrentadas por produtores rurais da região. Em um primeiro momento, a Fazenda Pedras Brancas, pioneira na atividade, recepcionava turistas ofertando algumas atividades lúdicas relacionadas ao cotidiano da zenda. Neste “dia de campo”, o visitante era recepcionado pela manhã, permanecendo até o anoitecer, participando da tosa das ovelhas, do plantio e da colheita. Outras iniciativas se multiplicaram rapidamente e, num segundo momento, fazendas como a do Barreiro e Boqueirão começaram a ofertar hospedagem, além do dia do campo.

No fim dos anos 80, em São Paulo, na região de Mococa, um grupo de proprietários se reuniu e construiu um produto turístico formado por antigas fazendas da região, ofertando cavalgadas, hospedagem e gastronomia típica. Tem-se notícia, em 1991, do primeiro empreendimento turístico no espaço rural mineiro, na Fazenda do Engenho, em Carrancas. Em 1993, o Turismo Rural passa a ser também desenvolvido em Lavras do Sul, no Rio Grande do Sul, propagando-se rapidamente pelo país.

O Rio Grande do Sul, um estado que prima pela preservação de suas tradições culturais, adotou uma política de desenvolvimento e fomento do Turismo Rural, que vem apoiando a atividade, criando rotas rurais com o objetivo de reunir propriedades e municípios próximos pela valorização do produto local (p.ex: uva e vinho) ou de uma característica marcante (p. ex: colonização italiana) e apoiando o surgimento das “fazendas pousadas”, na região pecuarista da Campanha Gaúcha. Santa Catarina, o berço das atividades turísticas nos espaços rurais no Brasil, possui leitos rurais, em sua grande maioria no Planalto Serrano e Vale do Itajaí, mas existem áreas de turismo rural espalhadas pelas demais regiões.

Neste estado, como mostra a EMBRATUR (2004)² foi criada a ABRATUR (Associação Brasileira de Turismo Rural), inicialmente como associação representativa dos empreendedores do turismo de Lages-SC, hoje atuando em âmbito nacional. O

Paraná, estado de grande beleza, encontra-se em plena fase de valorização e reconhecimento da realidade e cultura rural, apresenta programas como a Rota dos Tropeiros que leva o turista a reconhecer o caminho e as experiências vividas anteriormente por aqueles que foram desbravadores regionais.

Em São Paulo, o fortalecimento do turismo em áreas rurais, aconteceu depois do fim dos anos 90, mas, anteriormente já existiam alguns empreendimentos espalhados pelo Vale do Paraíba e na região de Mococa. Atualmente, é possível verificar atividades voltadas para o cotidiano do campo e em áreas de proteção ambiental. Em Sousa e Joaquim Egídio, em Campinas, ativaram-se projetos voltados para o reconhecimento pelos turistas do cotidiano agropecuário das propriedades nelas inseridas e em municípios, como Amparo, ‘tu, Bananal, São José do Barreiro, entre outras tantas, com belas e antigas fazendas, aptas para a implantação de programas de turismo. Minas Gerais é o estado brasileiro que detém o maior número de empreendimentos voltados para atividades turísticas no espaço rural, oferecendo um produto voltado para a tradição agropecuária, enriquecido pela arquitetura de suas antigas fazendas igrejas e monumentos, serras, cachoeiras e muitos outros atrativos que disponibilizam um grande número de opções (EMBRATUR: 2004).

Em diversos municípios, como Maria da Fé, Cruzília, Extrema, Santana dos Montes, Jaboticatubas, Tiradentes, Barbacena, Divinópolis, Itapeverica, Carandai, Congonhas, Ravena, Pedro Leopoldo, Itapeva e Delfim Moreira, podem ser encontrados vários empreendimentos, ofertando diferentes produtos turísticos tais como o cotidiano agropecuário, cavalgada ecológica, grandes empreendimentos voltados para lazer.

O Espírito Santo, um dos estados “mais turísticos do Brasil”, apresenta especial aptidão para as atividades turísticas no espaço rural voltadas para a valorização do cotidiano produtivo das propriedades agrícolas. De acordo com Silva e Campanhola (1999), um exemplo bastante interessante de agroturismo que se desenvolveu no Estado foi no município de Venda Nova do Imigrante, onde as atividades turísticas rurais agregam valor e valorizam a realidade local. Alguns agricultores começaram a receber visitas espontâneas dos turistas, que queriam conhecer suas propriedades, em sua maioria voltadas para a produção de café. Aos poucos foram, percebendo que havia oportunidades de ampliar o seu negócio e começaram a se organizar para isso. Com

organização começou a haver maior interação com a hotelaria local, que passou a programar as visitas às propriedades agrícolas para seus hóspedes. Os turistas têm a oportunidade de acompanhar as atividades do cotidiano de uma propriedade agrícola, desde o plantio até a colheita dependendo da época da visita. Os turistas ainda podem provar e adquirir os produtos confeccionados na própria fazenda.

O Rio de Janeiro, estado que apresenta grande prática potencial para a atividade turística no espaço rural, graças à rica tradição regional, belezas naturais e arquitetônicas, propiciam ao turista momentos de descanso, lazer e reconhecimento do cotidiano das propriedades, principalmente nas regiões serranas, como no município Nova Friburgo na região serrana, em Vassouras entre outras tantas belas localidades do Estado (EMBRATIJR: 2004).

No Mato Grosso do Sul desenvolvem-se atividades voltadas à visitação ecológica e ambiental nas regiões próximas a Campo Grande e o Pantanal, em propriedades rurais particulares, que oferecem hospedagem, alimentação, programas de pesca, “*tours*” a cavalos ou de carro, safáris fotográficos, churrascos tipo pantaneiro e excursões pela mata.

O estado da Bahia vem promovendo alguns planos de desenvolvimento regional. Entre eles, a “Rota do Cacau”, que congrega alguns municípios cacauzeiros, com antigas fazendas de grande beleza e riqueza arquitetônica, proporcionando ao turista, hospedagem, alimentação, dia de campo e lazer. É possível reconhecer atividades turísticas no espaço rural, nas regiões de Ilhéus, Itabuna, Chapada Diamantina e na periferia de Salvador (EMBRATUR: 2004).

No Distrito Federal, no entorno de Brasília principalmente, existem restaurantes rurais e propriedades que oferecem ao turista a oportunidade de passar o dia na roça, conhecer o cotidiano produtivo e comprar os produtos regionais. Não se pode deixar de comentar a grande importância das atividades turísticas rurais em outros estados da federação tais como Pernambuco, Acre, Amapá, entre outros tantos, que estão despontando pela qualidade e diversidades de seus produtos turísticos rurais.

Silva e Campanhola (1999) mostram que dos 1287 municípios, existentes no Nordeste, atribui-se que 200 deles (11%) têm vocação turística nos critérios ou moldes da EMBRATUR a partir de atrativos naturais, culturais, folclores, artesanatos, manufaturas, e romarias sem se falar naqueles que podem ser objetos de turismo de aventuras, ecoturismo e agroturismo. Contribuí, para tanto, a grande biodiversidade não somente de sua flora, mas também, da sua fauna que vai desde a hiléa amazônica, passando pelos babaçuais ou cocais, cerrados e campos sujos (de baixa e grande altitudes) matas: atlântica, serrana e de galerias, diferentes e específicas paisagens semi-áridas (carrasco, caatinga, seridó, etc).

Turismo rural, hotéis-fazenda, restaurantes, pesqueiros, a criação de aves raras ou animais de caça e aumento da produção de alimentos como doces e queijos finos são algumas das atividades de pequeno e médio porte responsáveis pelo surgimento das oportunidades no campo. Apenas no estado de São Paulo os pesqueiros empregam 10 mil trabalhadores. Em todo o país, as fazendas transformadas em hotéis representam 50 mil empregos diretos. Pedreiros, guias de turismo, motoristas, operadores de máquina, balconistas e garçons são outros profissionais requisitados e obtêm rendimentos mensais maiores que os conseguiriam nas grandes cidades.

2.2. A Pluriatividade Como Estratégia Para o Desenvolvimento Rural

A presença e generalização das atividades não-agrícolas são fenômenos em curso em vários países do mundo. Segundo Teixeira (1998), cerca de 40 a 60% das explorações dos países mais industrializados, obtém mais da metade de suas rendas fora da agricultura em 1978. Nos Estados Unidos, atualmente, apenas 10% do pessoal ocupado no meio rural vive da agricultura. Já na América Latina o rural não-agrícola ocupa entre 20% e 30% da população.

Esse fenômeno da diminuição do peso das atividades agrícolas no emprego e na composição da renda das pessoas e famílias residentes no meio rural, dando lugar aos empregos múltiplos e fontes de rendas diversificados, tem sido identificado na literatura como pluriatividade e agricultura de tempo parcial.

As famílias monoativas são aquelas em que a força de trabalho familiar é empregada somente nas atividades agropecuárias, mas não estão isentas de outras fontes de renda, como aposentadoria e pensões.

As famílias pluriativas, como analisa Teixeira (1998), são aquelas em que um ou mais membros do grupo doméstico exercem alguma atividade extra-agrícola e/ou possui uma fonte de renda fora da agricultura.

Com a expansão do turismo, foram criadas novas possibilidades de trabalho, especialmente ligadas às áreas de construção civil e de serviços para o conjunto da mão-de-obra familiar. Trabalhos como pedreiros, caseiros, jardineiros, faxineiras e cozinheiras, têm se tomado constantes e importantes fontes de renda para o orçamento familiar dos produtores agrícolas, que vêm obrigados cada vez mais a exercer a pluriatividade para sobreviverem. Já os produtores que têm algum capital, investir em casas de aluguel, pousadas ou restaurantes tomou-se uma estratégia reprodutiva significativa.

Para PASSOS (2002:21), as discussões atuais envolvem os custos ambientais e sociais do processo de turistificação dos lugares, considerando, não apenas o crescimento econômico, mas, principalmente, o desenvolvimento em bases sustentáveis de forma que possibilite a proteção dos recursos naturais e culturais facilmente ameaçados nas economias mais frágeis.

Alguns estudos, como mostra Teixeira (1998), têm identificado este fenômeno como uma resposta aos impactos da modernização agrícola (tecnificação, especialização e crise de superprodutividade) nos países de capitalismo avançado, como também às mudanças ocorridas na economia como um todo, onde a descentralização industrial, verificada a partir dos anos 70, criou oportunidades de empregos não-agrícolas nas zonas rurais.

No Brasil, o recurso a atividades não-agrícolas é uma prática antiga na sociedade, e tem sido analisada como uma característica intrínseca à agricultura familiar, isto é, como uma estratégia de reprodução social do grupo doméstico, frente a situações adversas. Segundo Teixeira (1998), só recentemente, na década de 90, que

alguns autores recorreram às noções de agricultura de tempo parcial ou pluriatividade, para analisar a complementaridade da renda familiar como mecanismo de estratégia de reprodução social, em um contexto caracterizado pela integração dos mercados rurais e urbanos, modernas estratégias de expansão industrial (interiorização e flexibilização do processo produtivo) e novas relações de trabalho (terceirização e informalidade). Cabe acrescentar a interferência da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços), a preservação ambiental, e a proliferação dos sítios de recreio, marcados pela contemporaneidade da questão ecológica e valorização da natureza. A pluriatividade também é apontada como uma alternativa para ampliar as opções de renda e emprego nos assentamentos rurais.

Através de análises de microdados de PNAD, Silva e Grossi (1999) destacam mudanças significativas no campo brasileiro nas últimas duas décadas. Os autores constatarem uma reversão tanto na tendência de redução da população rural brasileira de 10 anos ou mais de idade, como na sua ocupação na atividade agrícola observada nos anos 80. No ano de 1997, a maioria das famílias residentes nas zonas rurais brasileiras já não dependia mais apenas de ocupações agrícolas para sua manutenção, ao mesmo tempo em que “esta em curso um progressivo abandono das atividades agrícolas por parte das famílias com residência rural”.

As famílias estão empregando-se, sobretudo nos ramos da prestação de serviços, da indústria de transformação, do comércio de mercadorias, do social e da indústria da construção civil, que respondem por cerca de 85% do total das ocupações não-agrícolas disponíveis no meio rural brasileiro.

Não se pode afirmar que o recurso às atividades não-agrícolas é um caminho para proletarização total e abandono da atividade agrícola. Embora as atividades não-agrícolas deixem de ser complementares e passem a ser a principal fonte de renda para algumas unidades familiares pluriativas, isso não significa necessariamente o abandono a atividade agrícola. As trajetórias possíveis de transformação social são múltiplas, e a escolha de permanecer, investir, ou sair da agricultura depende, entre outros fatores, das políticas públicas voltadas para esse segmento. Pode-se dizer que a perda da importância na agricultura não significa um esvaziamento dos espaços rurais e nem abandono por completo da atividade agrícola. Esta pode até voltar a ser mais importante

para reprodução social dos agricultores, se o quadro da conjuntura econômica e política for mais favorável para eles.

É certo que a terra e a atividade agrícola passam a adquirir novos contornos. A terra continua sendo lugar de moradia e meio para produção de alimentos de subsistência. Além disso, os usos dos solos diversificam-se, multiplicando os usos alternativos e aumentando também a especulação. A antiga ocupação agrícola dá lugar a uma diversidade de funções e ocupações, como: sítios de recreio, pousadas, hotel-fazenda, proporcionados pela relativa proximidade da cidade e a valorização do espaço agrário.

Portanto, ao lado dos efeitos positivos proporcionados pela exploração turística, os pequenos produtores não estão isentos de externalidades como especulação imobiliária e diminuição das áreas agricultáveis. É necessária a existência de uma política de desenvolvimento local para fomentar novas atividades não agrícolas geradoras de renda e emprego, mas de uma maneira sustentável em longo prazo, estabelecendo limites para áreas suscetíveis à produção agrícola e a exploração turística, ou seja, sem que uma atividade anule a outra.

TERCEIRO CAPÍTULO.

3. 0 desenvolvimento do turismo rural no Brasil

O meio rural brasileiro tem passado por profundas mudanças nos últimos anos, seja no que diz respeito à aspectos ocupacionais, seja na interpretação de sua noção ou significado contemporâneo (SILVA, VILARINHO E DALE, 1998). Como exemplo destas transformações são mencionadas as “novas definições” atribuídas ao meio rural (turismo, casas de segunda moradia, lazer, etc.), alterando não somente a paisagem, como também as relações e significados sociais no espaço agrário.

O crescente mercado de atividades não agrícolas no meio rural são responsáveis cada vez mais pela ocupação econômica do campo, introduzindo novas estratégias familiares de reprodução.

Para Xavier (1999), a economia pós-industrial vem, conseqüentemente sendo caracterizada pela predominância das atividades de serviços, além da automação nas indústrias, da informatização dos processos burocráticos e de uma busca incessante da natureza. Amplia-se o período dedicado ao tempo-livre. Surgem novos paradigmas e novos valores são incorporados à sociedade pós-moderna.

Todas essas transformações vêm ressaltar a importância do turismo na sociedade pós-moderna. Criam-se necessidades de fuga ao cotidiano, à procura de lugares mais saudáveis e de um contato mais estreito com a natureza, O lazer e, em especial, as viagens são incorporadas à vida dos homens, como necessidades fisiológicas para a reprodução de energia física e mental.

Previsões da OMT apud XAVIER (1999), apresentam indicadores de que o movimento de turistas no mundo passará dos 528 milhões de pessoas que se deslocaram em 1995 para cifras da ordem de 1.018 milhões em 2010. Para o ano de 2.005 as previsões apontam que o turismo poderá gerar emprego para 305 milhões de pessoas através de cinquenta e dois setores da economia.

Tudo isso, vem refletir na organização dos espaços, tanto nos urbanos quanto nos rurais. Registram-se consideráveis preocupações na procura da qualificação de áreas para atender à demanda do tempo livre e do lazer.

Seguindo as linhas gerais do capitalismo, o turismo se expande subordinando-se aos grandes centros de decisão da economia. Modernamente, o turismo se organiza em forma de “clusters”, constituindo aglomerações geográficas de empresas com equipamentos, serviços de qualidade e excelência de gestão, competindo com os grandes mercados.

Entretanto, segundo os registros da OMT apud XAVIER (1999), a nível global, a atividade turística ligada aos grandes centros representou cerca de 90% em 1990. Entretanto, apresentou uma considerável queda, passando para apenas 60% no ano 2000. Ressalte-se que esses dados indicam a possibilidade da expansão de formas alternativas, a exemplo do desenvolvimento local que, valorizando o município, constitui uma via mais coerente para o envolvimento de uma comunidade com o turismo.

A concepção de estratégias de desenvolvimento local pelo turismo encontra-se no nível de micro-regiões, de pequenos territórios, de cidades pequenas e médias ou mesmo de vilas e povoados onde são fortemente sentidas as mediocridades de condições de vida, traduzidas no êxodo e na pobreza. (Rodrigues, 1997).

Nas regiões carentes ou estagnadas são acatadas as atividades turísticas com vistas à correção dos desníveis de desenvolvimento, na expectativa de que elas possam proporcionar um aumento na geração de renda e de empregos e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida da população.

Benevides (1996) postula que o turismo com base no desenvolvimento local se contrapõe ao modelo dominante em vários países como o Brasil, conectado com o processo de globalização e que acarreta tendências ambientais degradantes. Segundo esse autor, a manutenção da identidade cultural dos lugares constitui uma via mais democrática de desenvolvimento e que acarreta tendências ambientais menos

degradantes, Ressalte-se, a manutenção da identidade cultural dos lugares tendo na comunidade os atores do processo, favorece o estabelecimento de pequenas operações com baixos efeitos impactantes de investimentos.

No mesmo sentido, Portuguez (1999) ao tratar do turismo e desenvolvimento local estudando o turismo rural, comenta que os modelos tradicionais de acumulação não se incomodam com os custos sociais e ambientais. Nesse sentido, destaca que o turismo não necessariamente, rompe com o ideal de acumular rendimentos, mas, considera, a conservação ambiental, a salvaguarda do patrimônio e a manutenção das peculiaridades culturais de cada coletividade.

Para Cavaco (1996) o turismo ligado ao desenvolvimento local se assenta na revitalização e na diversificação da economia. Possui plena capacidade de fixar e atrair a população com êxito no sentido de assegurar melhores condições de vida. Apresenta, também, considerável êxito na valorização da produção agrícola além de favorecer os planos de desenvolvimento do artesanato e de outras atividades ligadas ao turismo e à cultura, a exemplo das feiras e das festas tradicionais e populares.

Cavaco (1996) ainda destaca que os modelos de crescimento apresentam fundamentos essencialmente quantitativos dos fatores de produção, tais como, os recursos naturais, a mão-de-obra, o capital e a tecnologia. Fundamentam-se também nos efeitos da aglomeração da produção e de sua proximidade dos mercados. Diante disso acrescenta que ficam marginalizadas muitas questões ligadas às condições sociais, culturais, psicológicas e ambientais.

Além disso, tais modelos têm, por vezes, gerado efeitos negativos do próprio crescimento, a exemplo da externalização e socialização dos custos ambientais, como o uso intensivo dos recursos naturais que levam aos limiares da sustentabilidade, ocasionando o desemprego, a violência e a pobreza. Portanto, é sugerido por Cavaco formas alternativas de turismo que possam estimular a implantação de pequenas e médias empresas e manutenção de unidades artesanais de produção de bens e serviços.

Ao lado de tudo isso, particularmente, são lembrados dois fatos, resultantes das grandes transformações deste final de século e que sobremaneira refletem na

valorização do potencial dos lugares: o retomo à natureza e a revalorização dos aspectos culturais.

A revolução industrial estimulou o crescimento das cidades em todo o mundo. Os grandes complexos urbanos industriais significaram uma verdadeira prisão para os homens. Como consequência, resultaram crises que conduziram a situações de fadigas, como o estresse urbano. Como resultado, as pessoas se deslocam à procura da liberdade, de lugares onde possam usufruir um espaço natural com paisagens menos modificadas. Tal situação vem proporcionar a valorização das segundas residências e, especialmente, do turismo orientado pela natureza. A natureza oferece locais para contemplação, para aventura, para esportes ao ar livre e para as pesquisas.

De acordo com XAVIER (1999), estimou-se que o turismo orientado pela natureza envolveu cerca de 38 milhões de pessoas, representando 10% do fluxo mundial, em 1990. No ano 2000 esse segmento passou a envolver mais de 240 milhões de pessoas e a representar 40% do fluxo mundial. Na escala de valores financeiros, passou de 16 milhões em 1990 para 120 milhões de dólares em 2000.

O outro aspecto, que se registra é o redespertar dos valores culturais, valorizando as manifestações antropológicas, religiosas, artísticas, folclóricas, artesanais e históricas. O significado de patrimônio cultural é muito amplo, pois inclui produtos do sentir, do pensar e do agir humanos. A importância do turismo orientado pelos valores culturais se reflete pelo valor para o conhecimento de uma região, de uma época ou de um estilo de vida através do valor simbólico e representativo de uma coletividade, assim como das manifestações folclóricas e da arte popular. (XAVIER: 1999)

No caso brasileiro, apesar da preocupação pelo patrimônio cultural datar-se da década de trinta, portanto mais antiga que a preocupação com preservação do meio ambiente natural, que se manifestou na década de setenta, não há dúvidas de que nessas últimas décadas o turismo cultural passou a receber uma mais profunda valorização.

Além de todas essas considerações que se traduzem no valor do turismo local, surge outro aspecto de consideração extremamente relevante: o envolvimento da comunidade. A comunidade local tem oportunidades de envolvimento em todas as fases

do processo de implementação do turismo, bem como na tomada de decisão sobre o planejamento. Portanto, considera-se de fundamental importância a participação comunitária nos processos de inventário e no planejamento, a nível municipal.

3.1. O Turismo e a Agricultura Familiar

De acordo com a EMBRATUR (1999), no contexto das atuais diretrizes econômicas e da política de emprego promovidas pelo Governo Federal, a dinâmica do processo de criação e ampliação das atividades de serviços do setor de turismo constitui-se meta prioritária.

O turismo é apontado mundialmente como a principal atividade econômica nos dias de hoje. Movimenta cinco bilhões de pessoas a cada ano. Emprega milhões de trabalhadores (um em cada 15 empregos em todo o mundo). Está destinado a crescer exponencialmente nas próximas décadas, favorecido pelo desenvolvimento dos transportes e da comunicação. (EIVIBRATUR: 1999)

Também no Brasil, o turismo é um setor em franca expansão, caracterizando-se pela quantidade e diversidade de produtos e serviços envolvidos, pelo impacto produzido sobre os mais variados setores da economia e pela capacidade de gerar postos de ocupação e renda — empregos diretos e indiretos, permanentes ou sazonais, no mercado formal e informal, principalmente na área de prestação de serviços.

Atualmente, esse setor participa com cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e é responsável por um volume de empregos que representa 9% da População Economicamente Ativa (PEA), com tendência a crescer, superando a média mundial de 10,6%. (EMBRATUR, 1999).

Dados econômicos apresentados em estudos realizados pela WTTC (World Tourist Travel Council), em 1997, indicam a importância do turismo no contexto brasileiro, enfatizando a correlação desse setor com outros 52 setores da economia nacional e, principalmente, a potencialidade e a participação das suas atividades no processo de integração econômico mundial. Dentre os dados apresentados, merecem destaque:

- a Criação de empregos: seis milhões de pessoas, ou seja, um em cada 11 trabalhadores depende de forma direta ou indireta da atividade turística;
- b. Faturamento na economia: US\$ 45 bilhões são faturados pelo setor anualmente, O Brasil representa 56 % do mercado sul americano;
- c. Impostos arrecadados: US\$ 7,9 bilhões, no ano;
- d. Investimentos de capital: investimento anual de US\$ 7,3 bilhões.

Nesse cenário socioeconômico em efervescência, um segmento vem crescendo de forma significativa no Brasil: o turismo no espaço rural. Ultrapassando as tradicionais fronteiras impostas pelo asfalto, o turismo no espaço rural está se consolidando, a cada dia, como uma alternativa de renda e ocupação produtiva para as famílias que moram no campo e nas pequenas e médias cidades do interior e que se dedicam a atividades agropecuárias.

Analisando os dados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD), (SILVA, VILARINI-TO E DALE 1999, in: Almeida, Froehlich & Riedl, 2001:36), constatou que a renda média rural proveniente de atividades não-agrícolas foi, em 1990, 32% maior que a média da renda rural proveniente de atividades agropecuárias. Ao mesmo tempo observa que, de 1992 a 1995, as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, no meio rural, aumentaram em cerca de 10% ao ano, destacando-se que em 1990, na região Sudeste, mais de 40% da população economicamente ativa da área rural já estava ocupada em atividades não-agrícolas. Este crescimento, segundo esses autores, está relacionado a empregos em prestações de serviços em atividades de lazer, moradia da classe média alta em condomínios, atividades ligadas à preservação do meio ambiente, ou mesmo profissionais liberais e pessoal de apoio para gestão de todo o tipo de empreendimento que se implanta no ainda chamado meio rural.

Dentre o leque de opções de atividades não-agrícolas voltadas para o meio rural, o turismo e o artesanato têm se mostrado possibilidades extraordinárias de diversificação produtiva e de agregação de renda para a família do agricultor e, o mais importante, dentro da propriedade, como reconhece SILVA.

as atividades associadas ao agroturismo -- como, por exemplo, a Fazenda-hotel (aqui diferenciada de hotel-fazenda), o pesque-pague, a fazenda de caça (com

exemplos operando no Paraná, Rio Grande do Sul, entre outros), a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo — podem ser consideradas uma estratégia de diversificação produtiva das propriedades rurais no intuito de gerar rendas não- agrícolas para fazer frente à queda de rentabilidade dos seus negócios tradicionais, O importante é que são atividades internas à propriedade (on farm) que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. “(1999:32)

A tendência contemporânea da busca do novo, do diferente, do autêntico e do particular é uma realidade paradoxal ao processo de globalização em que vive a humanidade e que, por isso mesmo, representa uma vertente promissora para o desenvolvimento local sustentável, por meio do estímulo e do incentivo ao artesanato e ao turismo no espaço rural.

A atividade do turismo no espaço rural carrega uma série de valores e atributos como uso racional do meio ambiente; usos, tradições e costumes; e paisagem. Tais atributos garantem a melhoria das condições de vida das populações que exploram essa atividade e permitem, tanto ao território rural quanto a seus habitantes, absorver a perspectiva de consolidação econômica das unidades produtivas e de desenvolvimento local sem, no entanto, eliminar as atividades agrícolas consolidadas. Sua finalidade é, em síntese, integrar a prática e a produção de turismo no conjunto dos espaços físico, cultural e econômico, do meio rural, contribuindo para a humanização do viver (SILVA: 1999:33).

A abordagem inicial, feita a partir dos indicadores econômicos e da análise das mudanças conceituais, das categorias e critérios que vêm sendo sistematicamente estudados, quanto à compreensão do rural/urbano, da análise do território, do ambiente, dos elos emocionais dos cidadãos com as forças organizacionais, políticas e comunitárias da localidade, permite afirmar que as perspectivas de mudanças no espaço rural, suas formas de produção e a diversificação das atividades produtivas e de serviços, com ênfase nas atividades não-agrícolas (aqui particularizadas no turismo,

como setor econômico complementar ao desenvolvimento local e como elemento de agregação de renda à unidade familiar), necessitam de estratégias e ações que efetivamente produzam impactos e benefícios coletivos progressistas e competitivos baseados na capacidade endógena da gestão.

3.2. Importância Econômica do Turismo Rural

Como em toda atividade, o turismo no meio rural também possui aspectos positivos e negativos, ou seja, ele proporciona benefícios, mas também pode causar conseqüências que trazem problemas para a população local, O turismo rural propicia a valorização do ambiente onde está sendo explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural. Pode contribuir, neste sentido, para reorganização social e econômica local uma vez que proporciona benefícios diretos à população local que participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo.

Outra potencialidade inerente é a criação de mercado de consumo local para os ÇÇJ produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais. Esse mercado pode ser explorado através de produtos característicos da região e que tenham qualidades diferenciadas em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional. Como mostra SCHNEIDER E FIALHO (2000), um exemplo, já bem sucedido em várias iniciativas deste tipo, é a venda de produtos sem agrotóxicos que enfatizam as qualidades de consumo de alimentos naturais. Além disso, este tipo de produção, por requerer maiores tratamentos culturais e ocupar mais tempo de trabalho do agricultor, em geral, acaba se constituindo em um “*nicho*” cuja viabilidade se dá, em larga medida, embora não exclusivamente, em função dos preços mais altos pagos por consumidores de maior poder aquisitivo. Em um contexto onde se desenvolvem ações relacionadas ao turismo rural pode ocorrer uma aproximação quase direta entre o consumidor desses alimentos e o agricultor, o que favorece a ambos em termos dos preços praticados, que podem alcançar patamares mais razoáveis porque eliminam a fase de circulação das mercadorias.

A comunidade local, em geral, também é largamente beneficiada pelas iniciativas de expansão e consolidação do turismo no meio rural através da realização de obras de melhoria da infra-estrutura e pela criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, tais como o saneamento básico, a pavimentação de estradas, o acesso às telecomunicações, a recuperação de áreas degradadas, a conservação de parques e reservas florestais, etc. (CAMPANHOLA e SILVA, 1999).

Segundo CAMPANHOLA e SILVA (1999), o aumento no fluxo de turistas em uma região que não está devidamente preparada para recebê-los pode causar danos ao meio ambiente como, por exemplo, no caso de uma pequena comunidade que não tenha rede de esgotos compatível com a população usuária (tanto a residente como os próprios visitantes). Neste caso, ocorre um aumento da poluição das águas pelo lançamento de dejetos nos rios, que em curto prazo de tempo pode, inclusive, provocar a redução das visitas de turistas em razão da degradação e da perda de atratividade.

Para SCHNEIDER e FIALHO (2000), pode-se dizer que em relação à comunidade local o turismo rural não sendo bem planejado, pode acarretar impactos negativos de várias formas. Em primeiro lugar, pode trazer a descaracterização da cultura local devido à modificação dos padrões de sociabilidade tradicionais decorrente da intensificação das relações mercantis e, sobretudo, pela ampliação da visão sócio-cultural dos mais jovens, que em muitos casos acabam se recusando a seguir as práticas culturais paternas como o folclore, a língua, etc. Em segundo lugar, a comunidade local é afetada pelo aumento do tráfego de pessoas e pela ampliação da mobilidade populacional, o que nem sempre pode ser agrada a todos.

Em terceiro, é notório que o turismo rural é seletivo em relação às áreas onde ocorre sua expansão. Assim, enquanto que em localidade esta atividade pode dinamizar a economia, em outras, no entanto, pode conduzir à depressão e à crise, acentuando os desequilíbrios regionais que acabam contrariando o próprio sentido da iniciativa. Uma quarta característica que poderia surgir com a expansão do turismo, seria o aumento da violência e do uso de drogas, típica de situações sociais de intensificação das relações humanas. Uma última consequência que pode ocorrer é o aumento do custo de vida das populações que residem permanentemente no local, especialmente os preços das atividades de prestação de serviços e do acesso à moradia.

Esses problemas podem causar fortes impactos sobre o ambiente local, embora possam ser contornados pela população local e pelo poder público através de intervenções conscientes e planejadas, devendo, portanto, ser recolhidas neste segmento como indicação de cautela e não de desestímulo.

Uma outra conseqüência da expansão do turismo rural em regiões com predomínio de pequenos produtores diz respeito a valorização das terras. Em momentos de expansão, muitos agricultores aproveitam a alta dos preços fundiários para venderem suas propriedades e migrar para trabalhar nas cidades. Entretanto, em função da seletividade do mercado de trabalho urbano, em poucos anos esses mesmos retirantes são forçados a voltar para o local de origem, mas não mais na condição de proprietários. Em um estudo sobre esta situação, TEIXEIRA (1998), constatou que na década de 80, em Friburgo no Rio de Janeiro, muitos dos ex-proprietários regressaram às suas terras para se empregar nas chácaras de recreio ou sítios de lazer, em que foram transformadas as propriedades, na condição de caseiros, auxiliares, vigilantes, pedreiros, etc.

Cabe ainda um último comentário sobre as possibilidades e efeitos do turismo rural em situações em que a população local beneficia-se muito pouco de sua introdução. De acordo com DIAS (2003:88), o turismo pode criar uma pressão muito grande sobre vários recursos locais, como a energia, o alimento e outros produtos que podem existir em quantidade suficiente para abastecer a população local. Um aumento da extração e transporte desses recursos aumenta os impactos associados com sua exploração. Devido ao caráter sazonal do turismo, muitas localidades têm um aumento excessivo no número de habitantes durante a alta estação em comparação com a baixa. Surge, portanto, uma alta demanda sobre os recursos locais para atender às expectativas que os turistas na maioria das vezes trazem (comida apropriada, água quente, potável, ar condicionado etc.).

Entre as categorias sociais que freqüentemente são as mais atingidas pelas influências negativas que o turismo rural pode trazer está o dos pequenos produtores rurais. No geral, devido à problemas de escala e acesso a recursos para reconversão ou integração, muitos agricultores familiares acabam encontrando dificuldades para participar do negócio turístico. É sabido que toda atividade comercial necessita, no

início, de um investimento para poder participar do mercado criado pelo turismo. Mas os pequenos agricultores enfrentam obstáculos no acesso à programas de financiamento devido a falta de garantias para a tomada de crédito.

Outro fator limitador tem sido a incapacidade de vislumbrar a criação ou adequação de uma atividade ao turismo devido a sua tradição enraizada de agricultor. Além disso, a passagem muito rápida de uma atividade á outra, também pode se tornar prejudicial, pois alguns ingressantes na atividade turística optam por abandonar por completo a agricultura, ocasionando um aumento da dependência externa e no custo de vida familiar, sem mencionar a possibilidade de comprometer o abastecimento local de produtos agropecuários.

Assim, pode-se considerar essa atividade como sendo uma alternativa de desenvolvimento sustentável desde que haja a concepção e a implementação de ações integradas, necessitando da cooperação de vários agentes, pois o turismo rural não é uma atividade isolada.

3.3. O Turismo Rural e o Semi-Árido Brasileiro

É de domínio público a importância do setor turístico para a economia mundial, nacional, regional e municipal. Sabe-se também que o aperfeiçoamento do setor turístico deve-se há décadas de estudos voltados ao planejamento de sua estruturação. Pioneiros no setor, os europeus desenvolveram uma grande diversidade de segmentos, como o turismo de montanha, o turismo cultural, o turismo de eventos, o turismo de negócios, o agroturismo, o ecoturismo e todos eles voltados para a prática do turismo no meio rural.

Para que o turismo se desenvolva de forma integrada aos outros setores da economia, o seu planejamento deve conter estrutura sistêmica (Bem, 1997), possuindo conteúdo social, sem comprometimento da realidade paisagística e cultural local, garantindo a descentralização política e econômica dentro de um modelo de desenvolvimento auto-sustentável.

Turismo não é, necessariamente, apenas praia. Em um estado de vocação eminentemente agrária, não é de se estranhar que o turismo rural venha conquistando espaço entre as pessoas que querem - e muitas vezes precisam - se distanciar um pouco do estresse das grandes cidades. Uma grande oportunidade para quem deseja vivenciar a tradicional vida no campo. Não dentro de um hotel-fazenda, mas nas dependências de uma autêntica fazenda de gado ou de um secular engenho de cana-de-açúcar.

O semi-árido brasileiro tem demonstrado grandes valores culturais para a implantação desse segmento como forma de economia regional. Como o próprio nome sugere o semi-árido é uma região cujo clima se caracteriza pela quase aridez, Ou seja, meio caminho entre regiões férteis e as regiões de deserto. Mas o semi-árido do Nordeste brasileiro tem características muito especiais. Não apenas é um dos maiores do mundo, como é o semi-árido mais populoso do planeta. O Nordeste brasileiro que tem em seu contexto, situações climáticas e solos bastante diferenciados. Criar um modelo de convivência centrado na auto-sustentabilidade e garantindo emprego e renda para todos os sua população que moram no meio rural é de maior significado para a manutenção do povo nordestino nessas áreas.

O Semi-árido nordestino é especial, pois mesmo sendo o mais populoso do mundo, é também o que mais chove e o que mais tem água subterrânea, dispendo inclusive, de inúmeras áreas de grandes potencialidades produtivas, das quais o Banco do Nordeste já destacou li pólos de desenvolvimento capazes de se viabilizarem e espalharem ondas de otimismo capazes de mudar a face da região. As soluções tecnológicas seja no campo da agricultura irrigada, seja na exploração de plantas e animais adaptados ao clima da região, são muitas, estão testadas e comprovadas, podendo ser melhoradas através de pesquisas e democratizadas através da difusão tecnológica.

Vale salientar que o semi-árido brasileiro é único no planeta na medida em que é tropical e, totalmente, drenado para o Oceano Atlântico. Observe-se que dos 2/3 das terras áridas e semi-áridas do mundo, apenas, o semi-árido brasileiro é tropical e adjacente aos climas equatorial e tropical úmido. Todos os demais são subtropicais e temperados. Esta é, sem dúvida, uma grande diferença geoclimática a nível mundial.

Tudo isso faz o semi-árido brasileiro tomar-se um atrativo especial para turistas empenhados em conhecer a cultura, a região e os valores nordestinos,

SEABRA (1997) relata que o turismo rural envolve alternativas econômicas para o semi-árido nordestino, com aquecimento da cadeia produtiva, tendo como base a descoberta e identificação dos atrativos turísticos, sem que haja descaracterização da paisagem sertaneja e nem a perda da identidade cultural do homem do campo. Outro aspecto importante é a revitalização do padrão arquitetônico urbano, a limpeza das cidades e a revalorização das feiras livres, onde o artesanato e a própria culinária local servirão como incentivo cultural e econômico.

Deste modo é idealizada uma nova modalidade de turismo alternativo de custos reduzidos, uma vez que os recursos turísticos já se encontram no local. Por outro lado, a mão-de-obra é formada pelo próprio homem sertanejo e sua família. Estes são os marcos conceituais que definem o turismo rural, uma modalidade de turismo que se caracteriza por ser uma atividade de lazer interativa com a paisagem interiorana, onde estão presentes o quadro natural, a cultura local e a participação integrada da comunidade residente.

De base fundamentalmente social, o turismo sertanejo tem um perfil agroturístico e cultural, possibilitando ao turista vivenciar experiências participativas em meio à paisagem sertaneja, deleitando-se com as apresentações folclóricas e culturais. Além do mais, o turista é acomodado em pequenas unidades hoteleiras familiares, nos pequenos centros urbanos e no campo, onde os hábitos simples de vida são um elemento a mais na paisagem, proporcionando descanso, lazer e crescimento pessoal ao visitante.

O cenário para o desenvolvimento desses recursos turísticos, como ressalta SEABRA (1997), deve resultar, necessariamente de um esforço conjunto entre os órgãos oficiais federais e estaduais, prefeituras, universidades, empresários, *trade* turístico e a mídia, cuja troca de experiências possibilitará o resgate da auto-estima do homem do sertão, bem como ascensão social através do incremento na produção econômica local.

CAPITULO IV

4. Políticas de incentivo para o turismo rural no Brasil

Turismo atualmente é uma das grandes atividades que colaboram com o desenvolvimento mundial, crescendo de forma equiparada a setores como informatização e telecomunicações, muito por ser inegável a enorme receita gerada por esta atividade, que se converte em divisas e renda para todos os países e regiões que bem aproveitam o potencial existente.

O Brasil, por suas inúmeras propriedades rurais, demarcadas por enorme riqueza cultural e de paisagens naturais, tem desenvolvido atividades ligadas ao Turismo Rural. Esta forma de turismo, que tem como fundamento o contato e interação do homem dos grandes centros urbanos com o meio rural. Vale ressaltar a imensa riqueza das propriedades rurais existentes que, além dos atrativos históricos e culturais, fazendas da época dos escravos e do áureo período da cafeicultura paulista e brasileira.

A competitividade de uma região turística é o resultado de ações integradas do governo, do setor privado e da comunidade, O governo exerce papel importante nessa atividade, pois tem a responsabilidade por boa parte dos serviços, como saúde e segurança; infra-estrutura, como as rodovias e as ferrovias; em formular políticas; estabelecer condições fiscais e financeiras e também pelo planejamento conjunto com o setor privado e a comunidade. O setor privado tem seu papel também quando fornece instalações, atrações, ou seja, fornece parte da infra-estrutura e a comunidade fornece outros atrativos, como os culturais, além da recepção. SILVA, VILARINHO e DALE apud Almeida, Froehlich e Riedl (2001:19).

Para que o desenvolvimento dos pólos turísticos é necessário que os agentes do setor público, privado e a própria comunidade trabalhem de forma cooperativa e coordenada para oferecer o produto turístico de acordo com as necessidades dos turistas.

A política Nacional de turismo é de responsabilidade do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, por intermédio da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATTJR). De acordo com SILVA, VILARINIIO e DALE apud Almeida, Froehlich e Riedl (2001:22), na política nacional de turismo são apontados programas de incentivo a prática do turismo como fonte geradora de emprego e renda para o país, podemos destacar dentre esses programas o Programa Nacional de Ecoturismo, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora, a política de artesanato brasileiro (PAB), o Programa de turismo rural brasileiro, e a REDE TRAF - Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar, como mais diretamente relacionados à questão do turismo em áreas rurais. A preocupação com o desenvolvimento sustentado e a descentralização na formulação e execução da política de turismo estão presentes nesses programas. Ainda não há um programa específico de turismo em áreas rurais.

Em razão do crescente interesse das populações urbanas em buscar o espaço rural como roteiro de lazer e descanso e diante da necessidade de impor um conjunto de regras e preceitos ao funcionamento da atividade, a Embratur, em 1994, lançou o Manual operacional do turismo rural.

4.1. Programa Nacional de Ecoturismo

Segundo Dias (2003:123), a ação conjunta da EMBRATUR e do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia e do IBAMA, que tem por finalidade implementar as diretrizes traçadas para uma Política Nacional de Ecoturismo.

De acordo com o documento, os esforços para a implementação de uma política de ecoturismo no Brasil devem ser direcionados ao atendimento dos seguintes objetivos básicos:

- Compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- Fortalecer a cooperação interinstitucional;
- Possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;

- Promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- Promover, incentivar e estimular a criação e a melhoria da infra-estrutura para atividade de ecoturismo;
- Promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

DIAS (2003: 122) ainda coloca que, para atingir os objetivos básicos, foram identificadas diversas ações, cada umas delas com uma estratégia própria de execução, que deverá estar integrada e articulada. Essas ações envolvem diversos setores governamentais e o segmento do setor privado voltado para o ecoturismo, sem prejuízo da colaboração das organizações não governamentais e da comunidade diretamente envolvida.

- Regulamentação do ecoturismo;
- Fortalecimento e interação interinstitucional;
- Formação e capacitação de recursos humanos;
- Controle da qualidade do produto ecoturístico;
- Gerenciamento de informações;
- Incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo;
- Implantação e adequação de infra-estrutura;
- Conscientização e informação ao turista;
- Participação comunitária.

4.2. PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

A Municipalização é um processo de desenvolvimento turístico que mostra para a população, ou seja, que conscientiza a população das ações realizadas no próprio Município. Ela desperta a sensibilidade dos moradores nos Municípios de que apenas possuir atrativos, ou potencial turístico, não é suficiente para que o turismo cresça e se desenvolva.

O setor turístico só poderá produzir benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais, se for planejado dentro da realidade local, estadual, regional, nacional e até internacional e acompanhado pela comunidade.

Como o turismo é uma atividade que se desenvolve graças aos atrativos que têm no município, utilizando serviços e gerando impostos locais, a Municipalização envolve ao máximo a sua comunidade nos projetos a serem desenvolvidos. Esta ação deverá ser trabalhada entre autoridades e comunidade. Sendo assim, com a população local envolvida e participando das decisões que definirão o planejamento municipal, ela estará mais disposta a colaborar para que os resultados sejam mais eficientes.

O PNMT sabe que o turismo só existirá na cidade se ela estiver preparada para receber o turista, pois turista satisfeito volta, faz propaganda do lugar, traz seus amigos e familiares, aumentando mais ainda o número de turistas, gerando mais emprego, aumentando a renda e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida da população local. Sendo assim, o PNMT parte da idéia de que é o cidadão o elemento principal, ou seja, é o morador de cada cidade que sabe, melhor do que ninguém, o que ela tem e pode oferecer ao turista de uma maneira organizada. Esse programa leva até a cidade profissionais que vão conscientizar, sensibilizar, estimular e capacitar a comunidade, em forma de Oficina, para que ela desperte e reconheça a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios, ambiental, histórico e cultural, tendo, como resultado, a participação e o gerenciamento da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. O Objetivo Geral é promover o desenvolvimento turístico sustentável nos Municípios, ou seja, prepará-los de uma maneira organizada e planejada para receber os turistas com base na economia local, no social, no ambiental, no cultural e na política.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo é um processo de conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação dos vários agentes de desenvolvimento que compõem a estrutura do município, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio

ambiental, histórico e da herança cultural, tendo como fim a participação e a gestão da comunidade nas decisões dos seus próprios recursos.

Como atividade que se desenvolve através de atrativos localizados, utiliza serviços e gera impostos, primordialmente municipais. Nada mais adequado do que concentrar os processos de planejamento e gerenciamento no município, procurando envolver ao máximo a sua comunidade vinculando-a aos programas a serem implantados.

4.3. PAB — política de artesanato brasileiro

A concentração de esforços do Governo Federal, no que diz respeito ao segmento artesanal, teve início no ano de 1977, por meio do Decreto nº 80098, de 8 de agosto de 1977, com a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato - PNDA, à época sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho.

Posteriormente foi editado o Decreto nº 83.290, de 13 de março de 1979, que regulava a classificação de produtos artesanais e identificação profissional do artesão. Em 21 de março de 1991, por meio de um Decreto sem número, publicado no Diário Oficial de 22 do mesmo mês e ano, foram revogados os Decretos retrocitados e instituído o Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, no âmbito do extinto Ministério da Ação Social. Esse Programa tem por finalidade coordenar e desenvolver atividades que visem a valorizar o artesão, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, e, ainda, desenvolver, e promover e divulgar o artesanato brasileiro.

Finalmente, com a publicação do Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, o PAB passou a ser vinculado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, que foi sucedido, em sua competência, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio -MDIC.

As políticas estabelecidas para o segmento artesanal brasileiro, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, estão voltadas para a organização e o fortalecimento dos núcleos de produção (associações e cooperativas de artesãos), bem como para a promoção e o incentivo à comercialização de produtos artesanais, em

consonância com as diretrizes definidas para o segmento das micro e pequenas empresas:

- a geração de emprego, ocupação e renda;
- o estímulo à exportação;
- o desenvolvimento e o aproveitamento das vocações regionais/locais.
- o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; e
- a integração regional e internacional.

A implementação dessas políticas envolve parcerias entre os órgãos do Governo Federal, Estados, Municípios e entidades privadas.

O Programa do Artesanato Brasileiro - PAB visa, em especial, a geração de oportunidades de trabalho e de renda. Para tanto desenvolve ações que valorizem o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, e, ainda, promovam o artesanato no País e no Exterior.

O Programa estimula o aproveitamento das vocações regionais, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo. Para tanto, o PAB vem implementando suas ações em parceria com as Coordenações Estaduais de Artesanato dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Organizar e fortalecer a produção artesanal brasileira, estimulando a sua comercialização e promoção, como importante atividade econômica do País, são as principais diretrizes do trabalho, no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro.

4.4. PNDPA - Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora

A atividade de pesca amadora no Brasil tem apresentado um crescimento vertiginoso nos últimos anos, O que era uma atividade de lazer transformou-se em uma indústria cada vez mais forte, que movimenta anualmente milhões de dólares em segmentos tão diversos como a importação e a exportação, a aquicultura, o turismo e a mídia especializada.

Dado o grande potencial foi criado em 1997, pelo Ministério do Esporte e do Turismo/EMBRATUR e Ministério do Meio Ambiente/IBAMA o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora - PNDPA, que tem o objetivo de transformar a atividade de pesca amadora em instrumento de desenvolvimento econômico, social e de conservação ambiental.

O PNDPA recebe apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, por meio do Projeto Pesca Amadora PNUD/BRA/01/037, e conta com a parceria dos estados e municípios onde a pesca amadora tem se desenvolvido ou apresenta potencial para desenvolvimento.

Atualmente, o PNDPA está sob a responsabilidade do IBAMA, na Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, Coordenação Geral de Gestão dos Recursos Pesqueiros, Gerência de Projetos Especiais.

O PNDPA tem atuado no sentido de fortalecer a pesca amadora como atividade importante para o turismo, o comércio e a indústria, e também para a conservação do meio ambiente e da cultura e tradição das populações locais, a partir das seguintes ações:

- Proposição/adequação de instrumentos legais para a pesca amadora;
- Capacitação das populações ribeirinhas/costeiras como guias de pesca;
- Prospecção de novas áreas para a pesca amadora;
- Busca de investimentos para o desenvolvimento do setor;
- Divulgação do Brasil no exterior, visando aumentar o número de turistas estrangeiros que pescam no Brasil;
- Fomento à realização de feiras e torneios de pesca amadora;
- Divulgação da importância da Licença para Pesca Amadora, visando o aumento de pescadores licenciados;
- Educação ambiental, alertando sobre a necessidade de conservar o meio ambiente e como cada pescador pode ser parceiro dos órgãos ambientais nesse trabalho;

- Melhoria da fiscalização, por meio da transmissão de conhecimentos sobre pesca aos fiscais ambientais;
- Promoção de pesquisas para conhecer melhor a ecologia dos peixes esportivos.

Nessas ações, o PNDPA conta, também, com a colaboração dos pescadores amadores, das populações ribeirinhas e costeiras, de empresas privadas, universidades e institutos de pesquisa, organizações governamentais e não-governamentais, entre outros parceiros.

4.5. PTRB - Programa de Turismo Rural Brasileiro

A Embratur destaca, no Programa de Turismo Rural Brasileiro, o intercâmbio entre o homem, a cidade e o meio rural, enfatizando a consciência da necessidade de proteger o meio rural e todo seu patrimônio cultural, traçando como estratégias:

- a compatibilização da conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos;
- a criação de uma oferta de alojamento e recreação não concentrada e de pequena escala;
- o contato com a natureza;
- um turismo organizado e administrado pela população rural.

Mesmo sem se conhecer como essas estratégias serão transformadas em políticas específicas para o setor, nem com que instrumentos elas serão implementadas, o item dá indicativos de que também nesse programa está se priorizando o local e o regional, o que a princípio já é um grande avanço em relação a outras políticas centralizadas do passado.

Segundo SILVA e CAMPANT-IOLA (1999:20), algumas ações para melhor definição desse programa já estão acontecendo. A Embratur e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento — Secretaria de Desenvolvimento Rural patrocinaram uma oficina de planejamento com o objetivo de oferecer subsídios à elaboração de plano de fomento ao turismo rural, no período de 16-17 de julho de 1998, em Brasília.

Políticas públicas para o turismo rural na agricultura familiar e a REDE TRAF (uma organização nacional de articulação, constituída de técnicos, instituições e empreendedores, que visam o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar).

A pretensão do governo federal é inserir o Norte e Nordeste do Brasil nesse programa que é um segmento do PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar). Atualmente ele só existe no sul e sudeste do país.

O turismo rural na agricultura familiar ocorre nas propriedades de agricultores que mantêm atividades econômicas típicas da agricultura familiar. Estas famílias devem compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionado bem estar aos visitantes.

Dentre os princípios do turismo rural pode-se destacar a diversificação da produção e a comercialização direta pelo agricultor, estimular o desenvolvimento da agroecologia, ser ambientalmente correto e socialmente justo.

4.6. REDE TRAF - Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar

A Rede serve como um instrumento de promoção das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o desenvolvimento do turismo na agricultura familiar. É uma organização nacional de articulação, constituída de técnicos, instituições e empreendedores, que visam o desenvolvimento do turismo rural; um espaço para sistematizar informações de todo o país, formando um banco de dados nacional; canal de debate sobre questões relevantes para o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar e de troca de experiências entre os atores envolvidos.

Segundo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) citado pela página virtual do partido dos trabalhadores, o turismo rural é uma das prioridades do ministério para este ano e passou a ser apresentado como uma alternativa para a diversificação do trabalho rural e de geração de renda para os pequenos produtores.

Para auxiliar no fomento da atividade a Rede Traf (Turismo Rural na Agricultura Familiar), está presente em 14 unidades da federação e envolvem mais de 100 instituições. A rede é coordenada nacionalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com o Ministério do Turismo e tem apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Além de linhas especiais de crédito, assistência técnica, incentivo à agroindustrialização e ao desenvolvimento sustentável, o governo federal também está investindo na capacitação da mão-de-obra, na qualificação da infra-estrutura das propriedades e na divulgação de rotas e circuitos turísticos identificados com o perfil de cada região brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho percebemos a importância que o turismo rural tem para a economia de uma região e conseqüentemente de um país. Sabe-se que aproximadamente 11% da população economicamente ativa mundial está ocupada em atividades ligadas ao turismo, e que cerca de 7% do comércio mundial de bens e serviços têm sua origem nessa indústria.

O turismo foi bastante criticado, principalmente durante a década de oitenta, por trazer alguns pontos negativos para a população local e para o ecossistema do país. Dessa maneira, surgiram novas alternativas que satisfizeram as necessidades do turismo de massa, o que podemos chamar de turismo rural. Apesar de sua vasta literatura, pode-se dizer que o turismo rural é uma atividade turística no meio rural, independente de estar relacionada ou não, à produção agropecuária.

Em quase todo o Brasil o turismo rural exibe um quadro de oportunidades de investimento que se apresenta bastante rentável e vem chamando a atenção de administradores públicos, que observam na nova atividade uma forma de diversificar a economia regional, atendendo, assim, as necessidades de incentivo ao desenvolvimento e ao fortalecimento da agropecuária de caráter familiar.

Atualmente, para que os pequenos agricultores consigam enfrentar as novas mudanças apresentadas pelo novo sistema capitalista, há a necessidade de que assumam o papel de empresários do setor. Os benefícios trazidos pelo turismo para a agricultura familiar são óbvios, há aumento e diversificação da renda, uma ocupação maior ocupação da mão-de-obra familiar, aproveitamento racional de espaços naturais e a conscientização da população local para a preservação do patrimônio histórico, natural e cultural. Além disso, o potencial econômico está relacionado com a facilidade de criar postos de emprego devido à diversidade de atividades ligadas ao turismo rural. Muitas destas atividades tinham outras funções dentro da propriedade agrícola, mas com o turismo rural passam a despertar interesse e são colocadas à disposição para o comércio.

Cabe ressaltar que o turismo rural carrega em si uma extraordinária força econômica, uma vez que gera divisas para a região, impacta positivamente a economia local e ainda pode contribuir de maneira singular para a preservação ambiental e para a melhoria da qualidade de vida das populações do interior. Tudo isso, sem falar na possibilidade maior da reversão do êxodo rural.

Pode-se dizer que o semi-árido brasileiro é hoje um ponto essencial para o turismo dado ao seu caráter natural, cultural e paisagístico, o turismo rural insere-se numa perspectiva desenvolvimento e preservação ambiental dessa área, ao priorizar a capacidade de suporte dos sistemas naturais e, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento sustentável dos sistemas econômico - sociais.

A atividade turística no meio rural deve assumir um caráter complementar em termos de renda familiar, não subestimando que essa atividade chegue a ser a principal fonte da renda familiar, O turismo rural nas suas diversas variantes deve ser desenvolvido em base local, considerando a grande diversidade cultural existente no Brasil.

Para tanto, o turismo merece uma atenção muito grande dos poderes públicos e do setor privado, pois além de oportunizar a criação de empregos e renda para a população, pode gerar um aumento na arrecadação de impostos e na exposição à mídia da localidade receptora, como também, propõe o desenvolvimento de toda uma região e a comunidade envolvida no empreendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADARÓ, R. A. Lacerda. O direito do turismo: história e legislação no exterior e no Brasil. Ed. Senac. São Paulo: 2003.

BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 2º edição — Campinas, SP: Papyrus, 1997.

BEM, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Editora Senac, 1997.

BENEVIDES, Irleno Porto. “Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local” in: RODRIGUES, Adyr Ballestrari, (org), Turismo e Desenvolvimento Local, São Paulo: HUCITEC, 1996, p 23-41.

CAVACO, Carminda. “Turismo rural e desenvolvimento local” RODRIGUES, Adyr Ballestrari, (org), Geografia e Turismo: reflexões teóricas e enfoques regionais, São Paulo: HIJCJTEC, 1996, p. 95-121.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, José Graziano da.. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: 1º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. 1999. p. 9-42.

DIAS, Reinaldo. Turismo Sustentável e Meio Ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.

JÚMOR, Fleury de Souza Ferreira. A dinâmica e o desenvolvimento do setor turístico brasileiro na década de 90. Monografia. UFPB. Campina Grande, PB: 2000.

PASSOS, Luciana Andrade dos. Paisagem Natural, Patrimônio Cultural e Turismo nos Cariris Paraibanos. Dissertação de Pós-Graduação. UFPB. João Pessoa, 2002.

PORTUGUEZ, Anderson P. Agroturismo e Desenvolvimento Regional, São Paulo HUCITEC, 1999.

_____ 1999. Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Brasília: Embratur. Documento obtido on line: <www.embov.br>, acesso em 25 de maio de 2004.

_____ 2004. Pólos de turismo rural. Brasília. Embratur. Documento obtido on line: <www.embratur.gov.br> Acesso em 25 de maio de 2004.

RODRIGUES, Adyr Baliestrari. Turismo e Desenvolvimento Local, São Paulo: HUCITEC, 1997,

RUSCHMANN, Dons Van de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável, Iii: Almeida, J. A.; Riedi, M.; Froehlich, J. M. (orgs). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SANCHO, Amparo. OMT. Introdução ao turismo. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Comes. São Paulo: Roca, 2001. 371 p.

SCHNETDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no rio grande do sul. II Congresso Internacional. Santa Maria/RS: 2000. Documento obtido on line: <<http://www.eco.unicamy.br/publicações>>, acesso em 12 / de julho de 2004.

SEABRA, Giovanni F. Fundamentos e Perspectivas da Geografia. João Pessoa: Editora UFPB, 1997. Documento obtido on line:< 3wj4gjsmose!jne'o.com.br>, acesso em 10 de agosto de 2004.

SILVA, J Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Dei. O novo rural brasileiro. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. Documento obtido on line: acesso em 17 de maio de 2004.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Dcl. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992/97. Reunião anual da Anpec, Belém do Pará, 1999.

Documento obtido on line: <3.co.unicamp.br/publicações>, acesso em 17 de maio de 7 2004.

SILVA, José Graziano da; VILARINHO, C.; DALE, P.J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M. (orgs). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papirus, 2001.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Turismo rural na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1998. Documento obtido on line: <www.eco.unicamp.br/publicações>, acesso em 12 de julho de 2004. «

XAVIER, Herbe. A dimensão do turismo no ensino da Geografia. Anais do 50 Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia. Belo Horizonte: PUC/Minas, 1999, Documento obtido on line: www.members.tripod.com.br/herbe/index2.htm acesso em 17 de maio de 2004.

ZIMMERMANN, A. Turismo rural: um modelo brasileiro. Florianópolis: Editora do autor, 1996. Documento obtido on line: <www.zimmermann.com.br/turrural.htm> acesso em 17 de maio de 2004.